



Universidade de Brasília (UnB)
Instituto de Ciências Humanas (IH)
Departamento de Serviço Social (SER)

Beatriz de Oliveira Teles

**A relação do Serviço Social com a Política de Educação:
caminhos para uma aproximação teórico-prática.**

Brasília (DF)

2023

Beatriz de Oliveira Teles

**A relação do Serviço Social com a Política de Educação:
caminhos para uma aproximação teórico-prática**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção de título de Bacharela em Serviço Social, sob a orientação do Prof. Dr. Perci Coelho de Souza.

Banca Examinadora:

Orientador - Prof. Dr. Perci Coelho de Souza
Professor do Departamento de Serviço Social - IH/SER/UnB

Examinadora Interna - Prof^a. Dr^a. Kênia Augusta Figueiredo
Professora do Departamento de Serviço Social - IH/SER/UnB

Membro Externo - Prof^a. Ms. Maria Luiza Pinho Pereira
Professora Aposentada da Faculdade de Educação - FE/UnB

*“Não é, porém, a esperança um cruzar de braços e esperar.
Movo-me na esperança enquanto luto e,
se luto com esperança, espero.”*

(Paulo Freire)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, tenho que dizer que não é fácil nem mesmo escrever uma página de agradecimentos, de tão nervosa que fiquei para fazer este trabalho! É emocionante ter chegado até aqui, e meus olhos enchem d'água sempre que lembro de tudo que passei e de como fui sortuda de ter todas as pessoas mencionadas (e muitas outras) me apoiando neste processo. Queridos e queridas, essa vitória também é de vocês.

Gostaria de agradecer primeiro à minha família: Paulo, Domingas e Milena. Vocês são meu alicerce, e do fundo de meu coração, não tenho idéia de quem eu seria se não fosse o carinho, amor, paciência e felicidades que vocês tanto me dão. Obrigado por serem a melhor família que já existiu no mundo! Eu amo vocês, mais que qualquer coisa.

Em seguida, meus amigos, as pessoas que mais me apoiam não só no TCC mas em toda essa louca jornada que é a vida: Isabelle, Felipe, Ana, Maria, Aline, Mariana, Thiago, Giovanna, Daniel, Kwame, Rafael, Raquel, Francisco e muitos mais pessoas que eu poderia passar páginas e páginas (provavelmente, dias e dias) falando sobre o quanto amo. Obrigada por serem meus irmãos de outras mães, as amizades que mantemos é meu norte e ao mesmo tempo, meu lar.

Gostaria de deixar um agradecimento especial para Rebeca e Larissa, colegas do curso e grandes amigas, com quem passei tantos momentos maravilhosos ao lado, obrigada pelas risadas, pelos ombros para chorar e por me ajudarem no caminho da monografia.

Sigo saudando o pessoal que me acompanhou durante o estágio obrigatório, momento muito crucial, difícil e decisivo da graduação. Marina e Gabriel, vocês são os melhores colegas de estágio que eu poderia ter. Sei que nossa parceria não termina no curso, nossa amizade vai longe. Contem comigo para absolutamente tudo. À Samuel e a todos assistentes sociais do IFB que acompanharam e apoiaram nosso projeto de intervenção, admiro todos vocês como profissionais. Agradeço os ensinamentos e obrigada por me inspirarem!

Aos colegas de curso: Kessya, Rebeca, Thiago, Cialva, Carol, Alessandra, Gabriela, Kathleen, Arlete, Dani, Juliana, Daniel, Sofia, Paulo, Rany, Agni, Alessandra e outros com quem compartilhei tantos momentos, angústias e alegrias, obrigada por todo apoio durante a caminhada! Estarei sempre aqui para o que vocês precisarem, admiro todos e levarei muitos como grandes amizades. Espero ver vocês lá na frente, sucesso a todos nós!

Agradeço a minha “mãe” Anne por me apoiar e ensinar a ler de verdade. Ao professor Marcos e professora Renata, do CEAM, por terem me ensinado que pessoas pretas podem ser acadêmicas, cineastas, escritoras, pensadoras e tudo mais que quisermos, além de estereótipos

e limitações externas. À vocês e à todos negros e negras, em especial às mulheres, que ousam não se curvar ao racismo institucional e mostram sua potência na luta!

No mais, agradeço ao Departamento de Serviço Social e à Universidade de Brasília por tudo! E como é completamente indispensável eu deixar de agradecer aos meus professores favoritos: queridos Perci e Isabela, muito obrigada pelo apoio, carinho, cuidado, paciência, ensinamentos e inspiração dadas nesses anos de graduação. Vocês foram pilares muito importantes para que eu não desistisse. Muito obrigada.

Por fim, digo que tenho muito mais coisas para agradecer. Muito, mas muito mais. Mais pessoas, mais momentos, mais histórias. Vocês são o que me fazem levantar de manhã e agradecer, mais uma vez, por mais um dia. Seja ele qual for, dia de escrever TCC, de fazer uma prova, de fazer uma caminhada, de cozinhar afetivamente, de ver um filme, de sair com os amigos, de enfrentar um problema, de ser um dia ruim ou dia bom. Não importa. Pois com a gratidão que posso sentir graças às pessoas inspiradoras e que são praticamente minha família ao meu lado, faltariam páginas para agradecer, já que todo dia com vocês é um dia grato.

Obrigada.

RESUMO: O seguinte trabalho teve como objetivo analisar a relação entre a profissão do Serviço Social e da Política Educacional no Brasil. A partir da problematização sócio-histórica da Educação enquanto objeto de intervenção teórico-metodológica e técnico-operativa do Serviço Social, a monografia visou trazer reflexões que combinem as experiências profissionais e o postulado pelas entidades de representação profissional, através de mediações baseadas na literatura clássica e atual do Serviço Social. Como procedimento metodológico, foi empregada a pesquisa bibliográfica aprofundada, com mais de quinze fichamentos para orientação da escrita. Tem-se como resultado que a aproximação do Serviço Social está para além das requisições do contexto atual, de exigência legal do Serviço Social na Educação, através da Lei 13.935 de 2019. Constatou-se que a relação entre Serviço Social e a Educação tem laços mais estreitos e interessantes do que apenas a inserção sócio-ocupacional de assistentes sociais na Política de Educação, a partir do entendimento, no sentido teórico-metodológico, de que a Educação é campo de interesse ético-político do Serviço Social.

Palavras-chave: Serviço Social, Educação, Política de Educação, Serviço Social na Educação

ABSTRACT: The following work aimed to analyze the relationship between the profession of Social Work and Educational Policy in Brazil. Based on the socio-historical problematization of education as an object of theoretical-methodological and technical-operational intervention of social work, the monograph sought to bring forth reflections that combine professional experiences and the principles set forth by professional representative entities, through mediations grounded in both classical and current literature of Social Work. As for the methodological procedures, an in-depth bibliographic research was employed, involving over fifteen annotated references to guide the writing process. The results indicate that the connection of Social Work goes beyond the requisites of the current context, including the legal demand for Social Work in education through the Brazilian Law 13.935 of 2019. It was observed that the relationship between Social Work and Education holds deeper and more intriguing ties than merely the socio-occupational integration of social workers into Educational Policies. This is understood from a theoretical-methodological standpoint, recognizing that education is a field of ethical-political interest for Social Work.

Keywords: Social Work, Education, Education Policy, Social Work in Education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEP - Associação Brasileira de Ensino de Psicologia

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

ABRAPEE - Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

CEP - Código de Ética do Assistente Social de 1993

CEPE - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade de Brasília

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CFP - Conselho Federal de Psicologia

CNE - Conselho Nacional de Educação

CRESS - Conselho Regional de Serviço Social

DEG - Decanato de Ensino de Graduação da Universidade de Brasília

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

ENESSO - Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social

ENPESS - Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social

ERE - Ensino Remoto Emergencial

FENAPSI - Federação Nacional de Psicólogos

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

IFB - Instituto Federal de Brasília

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC - Ministério da Educação

PNE - Plano Nacional de Educação

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

TIC - Tecnologia da Informação e da Comunicação

UnB - Universidade de Brasília

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
Capítulo I - O lugar da Educação no contexto da Política Social e sua relação com o Serviço Social (19p.).....	13
1.1. Fundamentação histórica e teórico-metodológica do Serviço Social brasileiro.....	14
1.2. A Educação como política social e desveladora do social.....	20
1.3. A relação do Serviço Social com a Política de Educação.....	27
Capítulo II - O projeto profissional do Serviço Social na Política de Educação: caminhos para atuação crítica (20p.).....	35
2.1. Os projetos profissionais do Serviço Social na Educação.....	35
2.2. Os perigos do pragmatismo na atuação profissional.....	46
2.3. Por uma práxis renovadora do Serviço Social na Educação.....	50
Capítulo III - Atuação do Serviço Social na Política de Educação: panorama das experiências atuais (21p.).....	55
3.1. O proposto pelas entidades de representação profissional.....	56
3.2. O trabalho do assistente social na ponta: experiências de inserção do Serviço Social na Educação.....	62
3.3. Relação entre o proposto pelas entidades e a experiência da ponta: uma mediação possível.....	74
CONCLUSÕES.....	77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	79

INTRODUÇÃO

O presente texto trata-se de uma monografia em Serviço Social pela Universidade de Brasília, escrita no primeiro semestre de 2023. O contexto particular e histórico da pesquisa é relevante para sua apresentação, podendo-se afirmar que a mesma foi realizada no período pós-pandêmico, em que a Universidade vive um momento de reestruturação graças ao impacto causado pelo uso compulsório das TICs e do impacto da pandemia na vida de toda classe trabalhadora, afetando os estudantes por meio de expressões como o empobrecimento¹, a falta de acesso ao ERE e o adoecimento mental² experienciados por este segmento.

No currículo do Serviço Social empregado pela UnB, antes de se matricular e realizar o processo monográfico em si, o estudante deve entregar um pré trabalho de conclusão de curso, ou seja, um pré-tcc. Nesse sentido, a autora entregou seu pré-TCC com um objeto ainda um pouco diferente do objeto final de seu TCC, e realizou suas atividades no período de ERE, o que terminou por dificultar um pouco todo este processo, devido ao fato de que este momento do contexto histórico brasileiro impôs aos cidadãos um momento de isolamento que a adoeceu bastante mentalmente.

É válido mencionar alguns pontos importantes que possibilitaram terminar o trabalho referido. O primeiro deles foi a usabilidade das TICs. Apesar das ressalvas, tanto da autora quanto da própria categoria do Serviço Social, ainda mais num contexto emergencial como foi o da pandemia³, o uso desses dispositivos foi vital para a realização da pesquisa, principalmente no que se cerne à ferramenta de pesquisa, tais como bancos de dados encontrados via internet e da formulação de fichamentos para bibliografia básica do trabalho.

O segundo é que, contando também, parcialmente, com a usabilidade das TICs, a prática de sistematização do aprendizado em campo⁴ foi essencial para a continuação da

¹ De acordo com o artigo “Pandemia e desemprego no Brasil”, desde 2009 mais de 50% da força de trabalho ativa no Brasil já era informal. Com a pandemia, o desemprego estrutural cresceu, ao passo que foram experienciadas muitas demissões (COSTA, 2020), de forma que o presente trabalho observa o impacto de tal conjuntura também para a população de estudantes.

² Partindo do documento “Saúde Mental e Atenção Psicossocial na Pandemia Covid-19: recomendações gerais”, elaborado pela Fiocruz (BRASIL, 2020) o crescimento da ocorrência de prejuízos à saúde mental foi comum no período pandêmico.

³ De acordo com a nota “Teletrabalho e Teleperícia: orientações para assistentes sociais no contexto da pandemia”, emitida pelo CFESS, a usabilidade das TICs no Serviço Social é bastante polêmica devido a suas fragilidades éticas. Por isso, o período pandêmico impôs muitos desafios à atuação.

⁴ Em voga do artigo “Retomando a Temática da ‘Sistematização da Prática’ em Serviço Social.”, de autoria do saudoso professor Ney Luiz de Almeida, o presente trabalho pretende, rapidamente, enfatizar a importância de sistematizar a intervenção sócio-ocupacional, em vista de que ela é capaz de qualificar a atuação e aprimorar as políticas (ALMEIDA, 2006). No caso do referido TCC, a prática de sistematização do cotidiano profissional, ainda que no estágio, ajudou a autora deste trabalho tanto em sua prática de escrita quanto no

monografia, ao passo que foi por base de bibliografia salva *online* ao longo do curso, assim como diário de campo no estágio, revisitação em trabalhos antigos de matérias anteriores, relatório de atividades de estágio, dentre outras, que foi possível acumular conhecimentos todos refletidos ao longo das seguintes páginas. Dessa maneira, é possível inferir que foram os formatos diferentes de estudo, aliando tanto a prática do estudo analógico quanto com o digital, e o ênfase na sistematização da prática do Serviço Social, que ajudaram a autora a realizar o trabalho apresentado.

Agora, já voltando ao trabalho, a introdução da pesquisa foi sucintamente estruturada a partir dos seguintes momentos: uma rápida problematização sócio-histórica do objeto, que é a relação entre a Política de Educação e o Serviço Social, seguida pela justificativa do trabalho, depois pela hipótese da autora quanto ao objeto e, por fim, o método e procedimentos metodológicos utilizados para realização do objetivo de pesquisa.

É necessário problematizar a relação entre Serviço Social e Educação básica, no sentido de que, atualmente, a profissão encontra nesta política, maior capacidade de sua absorção sócio-ocupacional, no sentido que a nova Lei 13.935 (BRASIL, 2019) institui a obrigatoriedade de assistentes sociais e psicólogos na Educação básica, o que cria, respectivamente, mais postos de trabalho.

Porém, seria a relação entre Serviço Social e Educação esgotada apenas como consequência de uma lei recente, ou a profissão tem bem mais a oferecer à Educação? A justificativa e objetivos do trabalho se centram na tentativa de contribuição para este debate acerca do Serviço Social na Educação, em vista da capacidade teórico-metodológica desta profissão de fomentar discussões no interior de seus espaços de inserção.

Ainda na linha de raciocínio acima, a hipótese do trabalho vai de encontro com a ideia de que a aproximação do Serviço Social com a política educacional está para além de uma simples nova inserção sócio-ocupacional (ALMEIDA, 2008). Reconhecida a importância de expansão do mercado de trabalho para o assistente social, é necessário elucidar que o interesse de estreitamento de laço entre o Serviço Social e a Educação não advém apenas deste quadro, mas sim pois pela Política de Educação ser considerada, também, como campo de efetivação de direitos sociais.

acúmulo bibliográfico e na capacidade crítica de fazer reflexões. Essa discussão não é, muito provavelmente, estranha para leitores que são do Serviço Social.

Serão trabalhados neste trabalho, a partir dessa hipótese de que a aproximação do Serviço Social com a política educacional não se esgota apenas na inserção mas também em sua apropriação teórico-metodológica e ético-política, os demais argumentos que fornecem a autora subsídios para sustentar essa tese, a partir de seus achados da pesquisa.

Passa-se agora, enfim, para o método e os procedimentos metodológicos empregados ao longo da monografia, a fim de consolidá-la. Assim, é enfatizado, aqui, que o método utilizado para pesquisa se debruça no materialismo histórico-dialético, a fim de rejeitar perspectivas positivistas e funcionalistas, mas enxergar a relação abordada a partir de sua totalidade. Nesse sentido, foi necessário fazer o resgate histórico e mediações de caráter reflexivo acerca de todas as dimensões do Serviço Social e como estas se relacionam com a Educação.

Dessa maneira, revela-se que os procedimentos metodológicos, em consonância com o método, foram consistidos, basicamente, na pesquisa bibliográfica. A presente pesquisa buscou combinar a reflexão crítica com o “estado da arte” entre Serviço Social e Educação, apresentando tanto as experiências profissionais encontradas nas buscas por literatura quanto no diálogo com textos e documentos clássicos e essenciais do curso, como o Código de Ética do Assistente Social de 1993.

Para tal, foram realizados, basicamente, fichamentos da bibliografia encontrada. Apesar da maior parte deles ter sido estritamente analógica, no total se somam 15 fichamentos digitais, a partir de ferramenta *online* elaborada pelo próprio professor orientador e orientanda. No caso, eles criaram um formulário com perguntas essenciais sobre o texto, através da plataforma *Google Forms*. Os fichamentos digitais foram bastante úteis para a autora, e a ferramenta disponibiliza, por meio de seu quadro de respostas, uma planilha com todas informações de cada bibliografia, o que facilitou bastante na consulta da literatura durante a escrita.

No mais, vale ressaltar que a experiência de estágio da autora foi utilizada também no TCC, ao passo em que seu campo de estágio consistiu na Educação, sendo ela ex-estagiária na política de assistência estudantil, no Instituto Federal de Brasília. Tal momento da graduação também foi escolhido como fonte para pesquisa devido à apresentação de seu conteúdo no Colóquio de Estágio do Departamento de Serviço Social no 1º semestre de 2021, assim como por ter sido no estágio que autora teve o primeiro contato e percebeu a importância da sistematização da prática para o aprimoramento das discussões e das políticas.

No mais, acrescenta-se que, quanto aos cuidados éticos dessa pesquisa, não foram necessários a elaboração de muitos procedimentos, tampouco da elaboração de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Como não foram necessários instrumentos como entrevistas e fontes com pessoas específicas, não existem nomes nem identidades citadas no trabalho, fazendo com que a ética em pesquisa dele esteja preservada.

Elucida-se que o trabalho está estruturado em três capítulos: no primeiro, é feita uma mediação histórica acerca do Serviço Social na Educação, a partir da análise de fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social no Brasil, assim como da categoria da Política Social. No segundo, são resgatadas as potencialidades oferecidas pelo planejamento profissional para a inserção do Serviço Social no campo da Educação, a partir dos escritos por Berenice Couto no texto “Formulação de projeto de trabalho profissional”.

E, por fim, no terceiro capítulo são colocados os achados da pesquisa quanto às experiências profissionais na Educação, no sentido de compará-las com os postulados pelas entidades de representação acerca dessa política, a fim de entender se a categoria está articulada com essas representações em sua atuação cotidiana. Dessa maneira, tentou-se responder como funciona a relação do Serviço Social com a Educação, e se ela limita-se unicamente à inserção profissional. Enfim, segue-se a monografia.

Capítulo I - O lugar da Educação no contexto da Política Social e sua relação com o Serviço Social

Iniciando o materializado pela pesquisa no momento do capítulo 1, a introdução aqui descrita visa trazer, sem inundar os caminhos que serão abordados a frente, sobre como o presente capítulo tem como objetivo trazer o “estado da arte” da relação entre Serviço Social e Educação, por conter nele bibliografia básica acerca do Serviço Social e buscar relacionar categorias essencialmente relevantes a ele, como Questão Social e Política Social, com o campo da Educação.

A partir da crítica realizada à luz do materialismo histórico-dialético, foi problematizado, também, como as lutas sociais e disputas no interior do Estado - que definem a conjuntura dele - afetam as políticas sociais, tais como a Educação, de modo que o Serviço Social encontra, neste paradigma, muitos desafios e possibilidades para sua inserção, em especial quando se leva em conta que a atuação do assistente social deve ser criticamente orientada (CFESS, 1993).

Tal justificativa se dá devido ao fato de que o Serviço Social tem, inseparavelmente, seu projeto político associado com os interesses da classe trabalhadora (IAMAMOTO & CARVALHO, 1982), tais como Educação pública, universal e de qualidade. Essa correlação será melhor trabalhada durante o capítulo.

1.1. Fundamentação histórica e teórico-metodológica do Serviço Social brasileiro

A fim de começar a exposição, é necessário retomar os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social no Brasil, a fim de embasar que a profissão seja encarada a partir da ótica da categoria Trabalho, à luz do materialismo histórico-dialético. Assim, fica possível iniciar o debate a partir do entendimento de que o Serviço Social dá a si próprio sua teleologia, partindo também da totalidade de seu contexto histórico⁵.

Visto o exposto, é necessário visitar, ainda que brevemente, a gênese da profissão, no intuito de compreender melhor seu surgimento. Nesse sentido, faz-se indispensável a abordagem da categoria Questão Social, em vista de sua centralidade para o Serviço Social, tanto em termos teórico-metodológicos quanto de atuação profissional.

A Questão Social, enquanto categoria de análise científica, pode ser concebida como objeto de estudo por vários campos das ciências sociais, porém, de acordo com os escritos de Behring e Boschetti (2011), sua apropriação e desenvolvimento teóricos não fazem parte da tradição crítica. Dessa forma, é possível afirmar que a apropriação desse objeto a partir de análises do Serviço Social são uma contribuição para a matriz crítica.

Para fins de continuação da discussão, o presente momento necessita que a Questão Social seja desvelada. Afinal, do que se trata? Apesar de não ser o objetivo do presente trabalho esgotar-se nesta categoria, faz-se necessário discorrê-la.

Questão Social pode ser apontada como: “maneira com que os homens se organizam para produzir num determinado momento histórico [...] constituição das relações sociais capitalistas” (BEHRING & BOSCHETTI, 2011, p. 52). Contando ainda com a bibliografia supracitada, nota-se que a Questão Social está diretamente relacionada com o desenvolvimento do sistema capitalista.

⁵ Faz-se indispensável enfatizar, partindo mais uma vez do método materialista histórico-dialético, que os contextos de disputas entre forças, no sentido das lutas de classes em cada momento histórico, têm rebatimentos em todas as profissões e demais dimensões da vida social. Nesse sentido, entende-se que o Serviço Social, no seio de sua autonomia construída a partir de lutas e debates internos, teve sua possibilidade de rompimento com posicionamentos profissionais acríticos devido, também, ao contexto de disputa da classe trabalhadora por democracia na época da ditadura militar, como será trabalhado mais a frente no trabalho. Toda profissão é afetada pelo movimento sócio-histórico da luta de classes em sua existência e construção enquanto parte da divisão do trabalho, e os resultados dessas lutas as afetam.

Nesse sentido, essa categoria está descrita, também, pelas disputas existente no interior das relações capitalistas (BEHRING & BOSCHETTI, 2011, p. 51), sendo estas as tensões existentes entre a classe dominante e a dominada no processo de reprodução das relações sociais e de produção. Tratando-se do sistema do capital, têm-se a classe burguesa e a classe trabalhadora, de modo que a segunda produz à primeira, que é estéril em sua existência.

Assim, a partir de processos como a mais-valia e a transformação da vida humana em mercadoria, a relação produtiva do capitalismo é capaz de gerar condições de pauperismo, tais como pobreza, fome, concentração de renda e terras, injustiça ambiental, dentre outros, que assolam a classe trabalhadora.

Porém, por meio de suas próprias lutas, essa classe organiza-se e mobiliza-se na reivindicação por condições dignas de existência e, com suas próprias estratégias, obtém conquistas e protagonizam um quadro de disputa com a classe dominante, de forma a tensionar a relação capital/trabalho. Todos estes aspectos formulam a Questão Social, sendo ela, resumidamente, a categoria que expressa a luta de classes.

Em termos de contexto histórico, a Questão Social é gestada por dentro da maturação do capitalismo, desde o séc. XVIII até os dias de hoje. Sendo assim, ela foi acompanhada por *protoformas* de serviços sociais que acompanharam os trabalhadores formais quanto às expressões da Questão Social. Torna-se observável, assim, observar que o desenvolvimento do Serviço Social como profissão e o da própria Questão Social estão justamente ligados.

Partindo de Iamamoto e Carvalho (1982), os serviços sociais, originalmente, poderiam ser apontados como uma resposta da movimentação sócio histórica dessas disputas de classes (IAMAMOTO & CARVALHO, 1982; (BEHRING & BOSCHETTI, 2011), materializados, majoritariamente, pela ação estatal. Os autores desvelam que a noção que permeou o início desses serviços, datados entre o fim do séc XIX e início do XX, foi o desenvolvimento da noção de cidadania (IAMAMOTO & CARVALHO, 1982, p. 89), de forma que uma das expressões dessa estruturação vai vir a ser o surgimento do que a literatura chama de “Política Social”.

A categoria de Política Social é vital para entender o trabalho do Serviço Social, pois é no cerne da atuação e intervenção por meio das políticas sociais que o assistente social concretiza sua ação profissional. A categorização da Política Social enquanto objeto de estudo deste trabalho é consonante com o objetivo de entender a relação do Serviço Social com Educação, sendo assim essencial entender as políticas sociais como um todo, porém,

faz-se necessário elucidar aqui, que a Política Social não vai ser abordada com mais afinco neste momento do trabalho, e sim mais à frente. Sua menção está ligada ao momento de compreensão acerca da dimensão técnico-operativa do Serviço Social, onde a política terá centralidade e privilégio como categoria de análise e objeto de intervenção. Demonstrado isso, os próximos parágrafos continuarão a exposição.

Voltando ao desenvolvimento da profissão do Serviço Social, o presente texto busca apresentar como se deu o processo de tecnificação profissional dos primeiros assistentes sociais. A partir das demandas colocadas pela Questão Social e o tímido surgimento das políticas sociais, o Serviço Social surge como vocação (não ainda profissão) no Brasil da década de 1930. Originalmente, era vinculado com a fé católica, sob o prisma individualístico e punitivo do cristianismo, que via a pobreza como mazela inerente à humanidade e delegada por Deus, de forma que não se cabiam críticas a sistemas sociais humanos que a produzissem.

Já chegando próximo a década de 1950, com o contexto histórico do desenvolvimentismo e da modernização conservadora, o Serviço Social brasileiro vai experimentar a aderência de certa robustez teórico-metodológica, porém ainda na lógica positivista, acrítica e funcionalista de que as condições materiais da população usuária pertenciam somente à elas mesmas, sendo as mesmas reconhecidas como indivíduos isolados.

Essa visão contribuiu para a construção de um Serviço Social conservador e pragmático, tecnocrático, que expressava em sua teleologia profissional a busca pela reprodução da sociabilidade, sem questionar as bases concretas daquelas estruturas, tampouco de como elas eram produzidas, de onde vinham. O Serviço Social desta época era dotado pela falta de aproximação madura com categorias como Questão Social e Política Social, e reconhecia-se como uma profissão liberal.

Porém, nota-se já dentro da profissão uma movimentação, ainda nessa época e no início da década de 1960, entre 1962 e antes do golpe que deu início a ditadura civil-militar brasileira no ano de 1964, que o Serviço Social iniciava seu próprio movimento de crítica interior, para uma possível ressignificação profissional que vai ressoar nos próximos anos da história do Serviço Social.

No caso, é válido ressaltar, como exemplo, que profissionais criticavam o chamado Serviço Social de Caso para defender e promover o Serviço Social de Desenvolvimento e Organização de Comunidade (DOC). Uma das experiências que ilustra esse debate de referencial teórico é de Pirambú, em Fortaleza (CE), ao passo que estudantes do serviço social propunham a aproximação com a proposta de educação e cultura popular de Paulo

Freire, na época professor e coordenador do Serviço de Extensão Cultural da Universidade de Recife (atual UFPE) e membro do Movimento de Cultura Popular (MCP). O presente trabalho enfatiza, também, a larga participação de estudantes de Serviço Social na militância estudantil, em particular através da Executiva Nacional de Serviço Social da UNE.

Agora, já adentrando no momento sócio-histórico da década de 1970, onde o Serviço Social passará por um processo de redescoberta interno de maneira essencialmente transformadora, e faz-se essencial discutir brevemente sobre o contexto histórico da década. Nos anos 1960 e 1970, o Brasil vivia sob o regime ditatorial civil-militar, de forma que os movimentos sociais e lutas expressas da classe trabalhadora (como a de camponeses, estudantes, trabalhadores urbanos, dentre outros) eram duramente reprimidos. Vários segmentos dessas populações tinham sua cidadania violada.

De antemão, destaca-se que, apesar do cenário de terror e autoritarismo vigente, os movimentos sociais que lutavam pela liberdade, democracia e ampliação do conceito de cidadania no país continuaram resistindo, e com sua determinação, foram capazes de obter diversos direitos e avanços para as políticas sociais⁶. Tal conjuntura expressa a Questão Social brasileira na época, ao ilustrar bem como a correlação de forças também é protagonizada pela classe trabalhadora.

Dessa forma, a profissão do Serviço Social, ainda centrando-se nas discussões teórico-metodológicas de sua existência enquanto interventor na realidade, vai obter um novo sentido político, a partir da reflexão destes ideais da época. A profissão vai passar conhecido como “Congresso da Virada”, materializando, assim, o rompimento (NETTO, 1990), mais concreta e explicitamente do Serviço Social com uma perspectiva moralizante, funcionalista e desprovida de criticidade quanto às relações sociais e de produção.

Nesse momento, a profissão passa por um processo de autocrítica, de forma que o assistente social, que anteriormente considerava-se profissional liberal, separado da relação capital/trabalho, começa a partir da premissa que é também parte da classe trabalhadora, e passa a reconhecer a si mesmo como um trabalhador, reproduzidor das contradições da sociabilidade capitalista tão quanto os sujeitos-usuários da política os quais opera (IAMAMOTO & CARVALHO, 1982).

Agora, a partir da aproximação com a tradição marxista, a profissão do Serviço Social passa a incluir a criticidade como parte fundamental de seu direcionamento

⁶ Outro exemplo que pode ser dado para ilustrar este argumento são os avanços na política de saúde, como por meio da instituição do sistema único de saúde (SUS) através da Lei 8.080 de 1990.

teórico-metodológico, vindo a amadurecer, também, parte de suas dimensões técnico operativas e ético-política, ao passo que a profissão ressignificou-se social e historicamente.

A partir dos avanços promulgados pelo Congresso da Virada e suas consequências teóricas e políticas, é possível dizer que o Serviço Social brasileiro passou por um marco ético em termos de projeto profissional. O chamado projeto ético-político do Serviço Social (CFESS, 2011), atualmente discutido por várias bibliografias e espaços de formação da profissão, é um norte para a construção crítica da atuação, de forma que este se consolida a partir do entendimento do assistente social como um trabalhador, atuando ao lado dos interesses da classe trabalhadora.

Dessa maneira, é possível inferir que o assistente social tem como seu projeto profissional os próprios projetos de sociedade da classe subalterna. Isso implica que sua atuação deve comprometer-se com uma proposta de sociedade que rejeita a opressão de classes, tal como a do capitalismo.

Em vista da violação de direitos, da desigualdade e dos processos de precarização da população no sistema capitalista, é irredutível que a classe trabalhadora luta pela ampliação de sua cidadania, ou seja, pela busca de seus direitos frente às expressões da Questão Social. Um dos momentos políticos capazes de sustentar esta tese foram as supracitadas décadas de 1970 e 1980, ao passo em que nestas, foram efervescentes a movimentação das camadas trabalhadoras na busca por direitos, de forma que a conquista deles adveio de sua mobilização.

Teleologicamente, estes movimentos estiveram ligados à perspectiva de conquistar direitos não apenas civis e políticos, mas também sociais (IAMAMOTO & CARVALHO, 1982, p. 90), de forma que fosse expandida o exercício e participação democrática da população brasileira na condução da sociabilidade - ou seja, em todo processo de produção e reprodução da vida humana, seja na esfera econômica e social, quanto nas demais: espiritual, cultural, dentre outras (BEHRING & BOSCHETTI, 2011, p. 52).

Assim, nota-se como o projeto ético-político da profissão é irremediavelmente ligado aos projetos societários de conquista de direitos às massas trabalhadoras, não sendo possível desvinculá-lo deste sentido jamais. Sendo assim, a contribuição histórica feita pelo Serviço Social no que se refere a políticas sociais, deve ser compreendida como um esforço imperativo pelo desenvolvimento das políticas no sentido emancipatório, que nega a opressão capitalista e promove os direitos da classe trabalhadora.

Dessa maneira, a Política de Educação, concebida enquanto Política Social⁷, é campo de apropriação teórico-metodológica e de inserção técnico operativa do Serviço Social, sim. Porém, ela não se esgota neste lugar, pois sua simples intervenção acrítica não dá conta de orientar a profissão eticamente com o compromisso de consolidar direitos a classe trabalhadora. A atuação do Serviço Social nesse sentido deve ser o de trazer para as classes subalternas subsídios na conquista de direitos e na formação política crítica dos sujeitos-usuários.

Assim, a Educação não foge enquanto política complexa e espaço de efetivação de direitos sociais, de alargamento da democracia e da justiça social, ao mesmo tempo que reproduz, também, a lógica do capitalismo, por estar submetida a ela. Tal qual o assistente social, que tornou-se esse profissional comprometido com os interesses de sua própria classe, ainda sob a tensão que o capital impõe ao trabalhador.

Por fim, dessa maneira, torna-se indispensável dizer que a defesa de uma Educação gratuita, laica, inclusiva e de qualidade deve ser parte do projeto ético-político não apenas de assistentes sociais que se encontram no campo, mas também de toda categoria profissional do Serviço Social, em vista dessa aproximação específica poder ser tímida e não madura, porém não é nova (ALMEIDA, 2000, 2008), em especial, politicamente. Assim, a relação entre Serviço Social e Educação não deve ser concebida pela perspectiva funcionalista de que a inserção de assistentes sociais na Educação vem apenas para o cumprimento de leis.

Como a presente monografia tem como objetivo discutir a relação do Serviço Social com a Educação, é necessário retomar que a aproximação entre a profissão e a Educação não é nova, é antiga (ALMEIDA, 2000, 2008), mas que a maturidade desta com o Serviço Social, assim como o mesmo possui com outras políticas - como Previdência, Assistência, Saúde, dentre outras - vem sendo alcançada aos poucos através de esforços da categoria (CRESS RJ, 2008; CFESS, 2011). Nesse sentido, nota-se que a relação entre Serviço Social e Educação têm, desvelada em si mesma, a teleologia de compromisso entre a categoria profissional dos assistentes sociais e a defesa de uma Educação universal, emancipatória e qualificada.

⁷ Esta categorização será melhor trabalhada no item 1.2.

1.2. A Educação como Política Social e desveladora do social

A fim de continuar a discussão acerca da inserção do assistente social na Política de Educação, os próximos parágrafos abordarão os aspectos da Política Social e da Política de Educação que a particularizam como interesse do Serviço Social. A partir da bibliografia básica composta por Behring (2003), Behring e Boschetti (2011) e o documento do CFESS (2011), “Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação”⁸, serão discutidas como a relação entre as categorias de Política Social, Política de Educação, Serviço Social e conjuntura estatal se imbricam para discutir categoricamente o trabalho do assistente social na Educação.

A proposição de argumentos do texto se organizará da seguinte maneira: primeiro, serão discutidas a categoria de Política Social, em diálogo com o postulado no tópico anterior - ou seja, a partir de uma ótica em que se articulem Política Social e Questão Social. Depois, serão abordados, ainda que superficialmente, os impactos da conjuntura neoliberal na Política de Educação, sob a finalidade de entender como a Política Social é afetada pelas conjunturas estatais, o que respinga também na política educacional e no Serviço Social, dada sua relação fina com a Política Social.

Toda essa exposição terá como objetivo analisar, criticamente, o papel do Serviço Social na Educação enquanto profissão, por isso é necessário revisitar as categorias mencionadas, a fim de continuar a lógica expositiva e dissertativa do capítulo. Entende-se que, para os fins do presente trabalho, devem ser elucidadas e entendidas a Política Social e sua relação com a Questão Social, o Serviço Social, a Educação e o próprio Estado.

Primeiramente, levando em conta o método adotado pela monografia, ou seja, o materialismo histórico-dialético, é preciso apontar do que se trata Política Social não apenas de forma funcional ao texto, descrevendo-a acriticamente em relação a sua história e atual definição, mas também entendê-la como produto histórico da sociedade de classes, conveniente à lógica social da sua época de gênese, e também observá-la a partir da correlação de forças que a permeiam enquanto mecanismo de reprodução das relações sociais e de produção. Assim, os próximos parágrafos trarão um breve histórico da Política Social, em particular da mesma no Brasil.

⁸ A documentação mencionada será abordada com mais profundidade em demais momentos da monografia.

Pode-se afirmar que a Política Social fundamenta-se, historicamente, como resposta dos agentes sociais dominantes para a *protoforma* de Questão Social⁹, em especial da igreja católica e do Estado. No contexto europeu, onde será gestado o sistema capitalista, mais tarde mundializado¹⁰, é onde pode-se notar a gênese do que se conhece como Política Social.

Behring e Boschetti (2011, p. 51) apontam que as políticas sociais, já no sentido de entendê-la em relação às expressões da Questão Social, podem ser encaradas como: “desdobramentos e, até mesmo, respostas e formas de enfrentamento - em geral setorializadas e fragmentadas - às expressões multifacetadas da Questão Social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho”.

As autoras não negam que a Política Social vai ser definida pelo modelo produtivo (BEHRING & BOSCHETTI, 2011, p. 52), mas enfatizam que o sentido de Política Social trabalhado hoje em dia concerne às configurações do sistema capitalista. Dessa forma, concebe-se que a Política Social pode ser apontada como uma resposta da sociabilidade aos próprios produtos gerados pelo capitalismo, ou seja, para as ocorrências acontecidas em função da Questão Social, tal como o pauperismo e o desemprego¹¹.

Infere-se, portanto, que a Questão Social desenvolveu-se ao lado das políticas sociais, de forma a ter suas expressões respondidas, tanto a partir da reação da classe explorada quanto da exploradora, ao passo que ambas protagonizam uma luta pela definição da produção e reprodução social, visando o controle, também, das políticas sociais.

Torna-se importante, portanto, situar aqui a Educação enquanto uma Política Social (ALMEIDA, 2000, 2008). Almeida (2008) traz que a Educação pode ser considerada uma Política Social, resguardando-se a partir da compreensão que seu oferecimento e teleologia carregam o sentido de operar e defender um direito a classe trabalhadora após anos de luta e conquistas por esta política. Porém, ela carrega também as lógicas do capital em seu cerne, produzindo para ele algumas características de interesse à classe burguesa (LEAL, 2008).

⁹ Dentre estas podemos citar as *Workhouses*, que eram casas de trabalho forçado na Inglaterra, anteriormente ao período da revolução industrial. Esses locais são estudados pelo Serviço Social na tentativa de entender em que outros formatos era respondida a pobreza. A presente bibliografia não vai se aprofundar nesses debates, eles são citados para entender-se melhor a Política Social, a fim de aproximar-se da área da Educação. Porém recomenda-se os escritos de Karl Polanyi em “A Grande Transformação” para melhor entendimento.

¹⁰ A presente monografia enfatiza que é importante apontar que o desenvolvimento histórico das políticas sociais, como se conhecem hoje em dia, está intimamente ligado ao surgimento do capitalismo e da Questão Social. Nesse sentido, é importante mencionar o processo e a localidade de sua gênese enquanto mecanismo de reprodutibilidade social, em vista da expansão do modelo capitalista à demais nações fora da Europa, de forma que vários países passarão também, assim, pela adoção de políticas sociais.

¹¹ Como colocam as autoras nessa parte do texto (p. 51 à 56), a relação de exploração do capital sobre o trabalho vai resultar na expansão do exército industrial de reserva e na generalização da pobreza (BEHRING & BOSCHETTI, 2011)

Como é colocado pela bibliografia monográfica (IAMAMOTO & CARVALHO, 1982; LEAL, 2008; BEHRING & BOSCHETTI, 2011; CFESS, 2011) a Política Social é permeada, portanto, pela característica de ser contraditória, respondendo às expressões da Questão Social e requisitando ao assistente social que sua empregabilidade seja a de reprodução social. Porém, observa-se nela a manifestação do acesso aos direitos, com o assistente social sendo um dos profissionais que irá operar essa política neste sentido.

Não apenas sua característica de contradição define seu status como Política Social. A Educação na era capitalista esteve, originalmente, ligada também ao controle da classe trabalhadora (LEAL, 2008) a fim de aliená-la e tecnicá-la para o trabalho complexo. Dessa maneira, observa-se que a Educação em si responde a uma expressão da Questão Social, que é o desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo, assim como também resulta dos esforços da classe subalterna em conquistar um meio de desmonopolizar o conhecimento e a cultura (LEAL, 2008).

No que tange a expressões da Questão Social, a Política Social de Educação é, assim como demais políticas sociais e próprias esferas da vida social e humana, atravessada pela tensão colocada na disputa entre as classes. Dessa forma, apesar de serem abordados com mais profundidade a frente no trabalho, vale ressaltar que a Educação não escapa de ser assolada pela Questão Social, em vista de situações como a pobreza extrema, a insegurança alimentar, a evasão escolar devido ao trabalho infantil, dentre outras.

A partir do entendimento que as expressões da Questão Social assolam, à sua maneira, a Política de Educação, seja ao situá-la no centro de disputas de força entre a iniciativa privada contra o Estado, no sentido favorável ou contrário do processo de mercadorização¹² da Educação ou pelas expressões da crescente pobreza que o país atravessa, devido a processos de ofensiva do capital - que serão mais a frente discutidos, também.

Dessa forma, é possível afirmar que a Educação revela o social, revela as produções realizadas no cerne no sistema capitalista, não apenas por dotar os trabalhadores, científica e tecnicamente, para o mercado de trabalho, alienando-os no processo (FACEIRA, 2008) e não apenas por ser conter reflexos da Questão Social, mas também por cristalizar em seu interior

¹² Como colocam Behring e Boschetti (2011, p. 54 à 55), é visto que a Política Social é negada pelos capitalistas como direito fundamentalmente acessível e universal, a fim de fomentar a apropriação das políticas sociais pela iniciativa privada, alimentando o processo de valorização do capital à fatia da burguesia que conseguir gerenciar a oferecê-la, a partir de venda, como se a mesma fosse um simples serviço - e não um direito. Tal procedimento de cunho liberal ocorre com demais políticas além da educacional, como Saúde e Previdência. A colocação feita pelas professoras quanto à este aspecto do liberalismo dialoga com o proposto por Almeida (2008), onde o autora discute o acesso à cidadania por meio do consumo, e não da consolidação de direitos, e ele aponta que este é um pilar essencial do capitalismo contemporâneo para alienação do segmento jovem da classe trabalhadora (ALMEIDA, 2008).

uma luta pelo acesso à cultura e o conhecimento humano pelos trabalhadores, podendo ser encarada como direito social não apenas funcionalmente pelo Estado, como pela Constituição e legislação brasileira (BRASIL, 1988, 1996) mas também pelo projeto profissional de uma categoria de trabalhadores - aqui no caso sendo, o Serviço Social.

No sistema capitalista, as políticas sociais são instrumentalizadas para garantir a reprodutibilidade no sistema, de forma que seu funcionamento é, contraditoriamente (BEHRING & BOSCHETTI, 2011; IAMAMOTO & CARVALHO, 1982), interessante tanto para os segmentos da classe trabalhadora quanto a da burguesa. Elas são centradas por disputas entre essas classes, com ambas possuindo diferentes intuítos, instrumentos e proposições acerca dela.

Como já visto no trabalho, as expressões da Questão Social perpassam e afetam as políticas sociais, não excluída a Educação deste cenário. Não cabe ao presente momento falar sobre quais expressões da Questão Social são especificamente levadas ao assistente social da Educação, pois este tópico será melhor trabalhado ao longo dos capítulos seguintes. Porém, é essencial enfatizar que elas estão presentes, sendo reproduzidas e identificáveis em diversos momentos da atuação deste profissional, assim como da construção da própria política.

Um fator essencial na análise histórico-dialética acerca da relação entre a Educação e Serviço Social é a compreensão e concepção crítica quanto ao papel do Estado nesta política. O presente trabalho não pretende se aprofundar, neste momento, nos aspectos legais e normativos, tampouco fazer uma discussão categórica acerca da relação entre Estado e Educação ou qualquer fator neste sentido.

Enfatiza-se que, como brevemente discutido acima no trabalho, o papel do Estado na Política de Educação, ou qualquer outra, é perpassado pela disputa de forças em seu interior, sendo ele, portanto não hegemônico e possuindo o caráter de ser disputado, política, econômica e socialmente por múltiplas frentes, sejam estas representantes dos interesses da classe trabalhadora ou da classe burguesa. Por isso, antes de tentar compreender criticamente sob os impactos das conjunturas na profissão, entendendo-as como expressão das lutas também, é necessário chamar atenção para este fator da luta de classes e das disputas societárias existentes no movimento sócio-histórico.

Os últimos parágrafos se justificam ao ser elucidado que nos próximos momentos, a presente monografia discutirá, de maneira limitada às objetivações de focar na Política Social da Educação, a desestruturação do Estado quanto aos desdobramentos sociais, políticos e

econômicos promovidos pelo neoliberalismo no Brasil.¹³ Para tal, foi empregado como referencial teórico os escritos por Behring (2003), em sua obra “Brasil em contra-reforma : desestruturação do Estado e perda de direitos.”

Como colocado pela autora, o neoliberalismo sistêmico no Brasil recorre, basicamente, à uma projeção ideológica e midiática, concebida a partir “dos gabinetes tecnocráticos e inspirados nas orientações de agências multilaterais” (BEHRING, 2003, p. 171), o que expressa ilustra a característica de dominação do capital externo no neoliberalismo brasileiro.

Dessa maneira, a partir do crescimento do endividamento externo e da desestimulação do mercado interno (BEHRING, 2003, p. 162), o Estado experimenta um processo de contração, o que afeta não apenas a Política Social de Educação, mas demais políticas como um todo. De acordo com a supracitada autora, ao mencionar o funcionamento das políticas sociais no estado social-liberal¹⁴: “O lugar das políticas sociais no Estado social-liberal é deslocado: os serviços de saúde e Educação, dentre outros, serão contratados e executados por organizações públicas não estatais competitivas” (BEHRING, 2003, p. 173).

A partir dos postulados por ela, têm-se em vista que o neoliberalismo da década de 1990, após o governo instável de Collor (BEHRING, 2003), assume faceta de cuidar das políticas sociais por meio de encará-las como apenas serviços, o que as realoca, na realidade, ao lugar de mercadorias, promovendo a mercadorização dos direitos sociais e da cidadania pelo consumo (ALMEIDA, 2008). Como a maior parte das políticas sociais é gerida pelo Estado, inclusive a própria Educação¹⁵, é plausível dizer que a desfinanceirização e retração do papel do Estado em sua operação implica na precarização dos serviços.

A autora coloca sobre como, na tentativa de retomar as taxas de lucro na década de 1990, os empresários brasileiros mergulharam no paradigma de demissões, o que leva parte da população ao empobrecimento generalizado (BEHRING, 2003, p. 158). Daí se demonstra como as políticas neoliberais acirram as expressões da Questão Social, como postulado no

¹³ Neste caso, não apenas a Educação é Política Social afetada por desmontes. Os estudos de Behring (2003), Behring e Boschetti (2011) e Leal (2008) apontam que a conjuntura neoliberal representou retração do Estado, responsabilização da sociedade civil por políticas de responsabilidade estatal e minguou o direcionamento dos fundos públicos a interesses da classe trabalhadora a fim de pagamento de juros da dívida pública, de forma que a iniciativa privada pôde melhor apropriar-se das políticas sociais e rentistas da dívida pública pudessem desfrutar de uma fatia maior do fundo público, o que representa uma desfinanceirização de algumas políticas sociais, tal como a Educação.

¹⁴ Com “social-liberal”, a autora se refere ao pensamento intelectual de Bresser-Pereira (1996), o qual, ainda seguindo o raciocínio dela, se considera *social-liberal* e não neoliberal (BEHRING, 2003, p. 172 à 173).

¹⁵ De acordo com o censo escolar de 2021, a maior parte das matrículas desde a Educação infantil até a o ensino médio é realizada em instituições públicas, em especial no ente dos municípios (BRASIL, 2022).

parágrafo anterior. A Educação é afetada pelo processo de pauperização, pois se torna muito difícil manter a permanência estudantil nos quadros de pobreza extrema e fome da população.

Em vista do exposto até aqui, se observa que a Política de Educação também não deixa de ser impactada pelas condições materiais impostas pelo neoliberalismo, ao passo que também se trata de uma Política Social pública. Em um diálogo entre os escritos de Almeida e Ferriz (2019) com a bibliografia de Behring (2003), é possível ter um panorama do impacto do gerencialismo e da reconfiguração do Estado na Educação - e nas políticas sociais como um todo. Os próximos parágrafos contarão com a articulação com esses dois textos que, apesar de quase duas décadas de diferença, dão conta de explicar o desmonte das políticas sociais e públicas no Brasil.

A partir da própria adoção do neoliberalismo em si¹⁶, o país buscou seguir diretrizes, postuladas por metas internacionais que colocavam o assistente social para agir como um gerenciador da Política de Educação (ALMEIDA & FERRIZ, 2019) a fim de tentar o alcance desses indicadores, e através da retração e realocações no interior do Estado, o profissional termina nesta função de cunho gerencialista¹⁷.

Como determinam os autores, essa tendência de acatar a metas e tentar se adequar a indicadores, pode ser vista na Política de Educação, o que transforma o assistente social em um operacionalizador das políticas, muitas vezes distante dos sujeitos-usuários:

É notória na Política de Educação, nos últimos anos, uma tendência de deslocamento de assistentes sociais de atividades voltadas ao atendimento direto à população para o desenvolvimento de ações voltadas à gestão da política, mais especificamente, na formação e capacitação dos docentes, com maior incidência desta tendência na Educação básica. Compreendemos que tais mudanças expressam os traços estruturais de um estado gerencial e da adoção de um padrão de organização das políticas sociais sob as bases do gerencialismo. (ALMEIDA & FERRIZ, 2019, p. 16).

Essa tendência se manifesta através da visão pragmática do Serviço Social, onde este profissional não é concebido como um agente transformador, mas sim de mantenedor da

¹⁶ Assim como já supracitado, a tendência do Brasil aderir ao sistema neoliberal parte de ajustar-se aos modelos internacionalmente conhecidos nos países de capitalismo central, com o país sulamericano adotando, tardiamente, medidas que já foram utilizadas nestas nações. Esta movimentação faz parte de uma articulação mundial pela reestruturação produtiva, a fim de alinhar o máximo possível de países se adequarem aos interesses do capitalismo dominante (BEHRING, 2003; BEHRING & BOSCHETTI, 2011; CFESS, 2011; ALMEIDA & FERRIZ, 2019).

¹⁷ O *gerencialismo* é uma concepção de direção do Estado, na qual o mesmo torna-se, apenas, um “gerenciador” das políticas sociais, enquanto delega a instituições da sociedade civil e da iniciativa privada o planejamento e operacionalização dessas políticas. Assim, ele fica responsável por regulamentar e fiscalizar as políticas, mas não executá-las. Sua materialização se origina em 1995 com o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, como aponta Behring (2003).

ordem societária acriticamente. A tentativa de transformar o Serviço Social em gerencialismo expressa a reprodução do capitalismo em cima da categoria de assistentes sociais¹⁸.

Reitera-se, assim, que as expressões da Questão Social, a partir de reatualizações do movimento capitalista, continuam a atravessar as políticas sociais dentro dos formatos de cada política. Como, mais uma vez, colocam os autores da bibliografia básica (IAMAMOTO & CARVALHO, 1982; BEHRING & BOSCHETTI, 2011; ALMEIDA, 2008; LEAL, 2008; CFESS, 2011) a Política Social é espaço de contradições, comumente exigindo do assistente social que ele se aloque no quesito de reprodutibilidade do capital, mas a profissão, a partir de seu compromisso com a matriz de pensamento crítico e com os interesses das classes trabalhadoras, nega este posicionamento.

Já no que se cerne a inserção do assistente social na Política de Educação, enquanto um trabalhador comprometido com princípios ético-políticos próprios da classe trabalhadora (CFESS, 1993, 2011), observa-se que o cenário para sua atuação é permeada por vários desafios ao projeto ético-político profissional, em vista do caráter focalista e de mercadorização presente na ordem neoliberal vigente (ALMEIDA & FÉRRIZ, 2019; BEHRING & BOSCHETTI, 2011).

O assistente social é um profissional subscrito na divisão sócio-técnica do trabalho (IAMAMOTO & CARVALHO, 1982), o que faz com que o Serviço Social, como já abordado anteriormente, tenha como valor central de sua existência o trabalho como sua própria categoria fundante ((IAMAMOTO & CARVALHO, 1982; ALMEIDA & FÉRRIZ, 2019).

Esse aspecto e sua relação para com a Política de Educação serão melhor aprofundados nos seguintes momentos do texto. Por agora, em suma, vale ressaltar mais uma vez que o atual contexto de contra-reforma neoliberal alterou os parâmetros de requisição do assistente social na Política de Educação, sendo este profissional, agora, visto como operacionalizador e coordenador de uma política, o que se encontra em suas competências¹⁹.

¹⁸ No caso, a crítica aqui feita busca dialogar com os escritos de Behring (2003) enquanto referencial teórico escolhido a fim de abordar a conjuntura de hegemonia neoliberal e gerencialista, na qual o assistente social torna-se gerenciador das políticas a fim de precarizá-las e não aprimorá-las. Porém, é necessário discutir, brevemente, que a presença do assistente social no gerenciamento da Política de Educação não necessariamente é uma desvantagem do ponto de vista do projeto ético-político profissional, ao passo que este papel pode se transformar em posição estratégica para o planejamento eticamente qualificado e disputado dentro da política. Por isso, em vista dessa mediação, a presente monografia defende que a presença gerencialista do Serviço Social dentro da Política de Educação possui esse duplo caráter, contraditório, tanto de expansão do gerencialismo no interior do Estado quanto uma potencialidade tática para o Serviço Social.

¹⁹ Em vista do Art. 4º da Lei 8662 de 1993, a qual regulamenta a profissão do Serviço Social, são competências do assistente social: "I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; II - elaborar,

Mas este não é o esgotamento dos desafios ao assistente social na Educação, tampouco de suas possibilidades.

1.3. A relação do Serviço Social com a Política de Educação

A fim de desvelar a correlação entre Serviço Social, conjunturas capitalistas, Estado e Educação, o último tópico fez uma abrangente, ainda que muito rápida, abordagem acerca da relação entre Serviço Social e Política de Educação. Agora, os próximos parágrafos buscam discutir de forma mais específica a relação entre Serviço Social e Educação, no sentido de analisá-las dialeticamente.

Sente-se que foi preciso traçar todo este caminho para conseguir explicar bem que esta articulação e luta do Serviço Social pela Educação qualificada, gratuita e universal²⁰, assim como seu reconhecimento como um profissional desta política, são fundamentados numa história mais longa do que se parece, tal como já apontado no trabalho, onde a ligação entre Serviço Social e Educação não são novas, mas remontam aos primórdios da atuação profissional (CFESS, 2011; ALMEIDA, 2000, 2008).

Segundo os escritos pelo CFESS no supracitado documento “Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação”, onde foram colocadas que a primeira forma de atuação do Serviço Social na Educação parte da gênese profissional, com os assistentes sociais trabalhando, devido às demandas das classes dominantes, pela “formação técnica, intelectual e moral da classe trabalhadora, a partir de um padrão de escolarização necessário às condições de reprodução do capital” (CFESS, 2011).

Dessa forma, coloca-se em vista o fato de que, assim como dentro de todas inserções do Serviço Social entre seu próprio surgimento e seu processo de reconceituação, a profissão remonta sua intervenção na Educação sob perspectiva conservadora e de subserviência à reprodutibilidade do sistema capitalista. Porém, como se coloca o CFESS:

As demandas apresentadas aos/às assistentes sociais em relação à Educação nunca estiveram limitadas a uma inserção restrita aos estabelecimentos educacionais tradicionais, sendo acionadas também a partir das instituições do poder judiciário, das empresas, das instituições de qualificação da força de trabalho

coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil [...]”.

²⁰ Importante frisar que com a palavra “qualificado” o presente trabalho se refere à luta por uma Educação pública, laica e universal (CFESS, 2011) para todo cidadão brasileiro. Faz-se necessário elucidar que esta educação qualificada vem do ponto de vista do interesse da classe trabalhadora, e é também dotada de qualidade social e comprometida com a democracia e emancipação. Todas as vezes que este projeto de educação é mencionado neste trabalho para à Política de Educação, este é o sentido que vem sendo colocado para tal.

juvenil e adulta, pelos movimentos sociais, entre outras, envolvendo tanto o campo da Educação formal como as práticas no campo da Educação popular. (CFESS, 2011, p. 16)

Assim, nota-se que o trabalho do assistente social no campo da Educação não limita-se mais às práticas restritas aos interesses do capitalismo por projeto do próprio Serviço Social, não apenas devido à sua própria análise da realidade quanto a si mesmo, referindo-se aqui à reconceituação e a renovação, mas pela percepção crítica do profissional de que ele tem potencialidades para além dessas requisições.

Porém, como coloca Almeida e Férriz (2019) e o próprio CFESS (2011), ainda em consonância com os escritos por Yamamoto & Carvalho (1982) e Behring & Boschetti (2011), a Política Social, dentro do seio de sua contradição, continua a desvelar ao assistente social desafios ao mesmo tempo que abre portas para a atuação eticamente orientada.

Nesse sentido, é possível observar, a partir da literatura, que apesar do Serviço Social ter rompido com a perspectiva funcionalista e conservadora das intervenções nas expressões da Questão Social e na formulação e execução de políticas sociais, ainda vai ser cobrado, dele, que este tenha esta função de apenas gerenciador das políticas (ALMEIDA & FÉRRIZ 2019), a fim de cumprir metas educacionais que respeitam agendas neoliberais, como o do Banco Mundial (ALMEIDA & FÉRRIZ, 2019).

Nesse sentido, vale retomar esse aspecto da aproximação entre Serviço Social e Educação: ela não parte apenas das demandas atuais de requisição do assistente social para fins de atender a burguesia. Na verdade, ela se trata de um produto sócio histórico da atuação e análises teórico metodológicas do Serviço Social em relação à Educação, ao passo que o interesse atual da profissão não é o de simplesmente operar e se inserir na política, mas também disputá-la enquanto projeto da classe trabalhadora (ALMEIDA, 2008).

Por isso, a fim de enfatizar mais uma vez o projeto ético político profissional, que é resultado dos acúmulos teóricos e éticos avançados pela categoria, é necessário enfatizar, antes de continuar se aprofundando na ligação entre Serviço Social e o campo da Educação, que essa projeção deve ser feita e lida pelo Serviço Social a fim de defender a Educação para além de requisições técnicas acrílicas e descoladas de um projeto de sociedade.

O projeto societário do Serviço Social deve andar em equivalência com o da classe trabalhadora (CFESS, 1993, 2011), ao passo que a centralidade da profissão do Serviço Social está em reconhecer-se como parte dela (IAMAMOTO & CARVALHO, 1982), não descolado da realidade de seus sujeitos-usuários, explorados pela classe capitalista.

A partir das análises acerca da categoria trabalho, entende-se que a própria profissão constrói este papel do assistente social de lutar junto a classe trabalhadora pela consolidação de direitos sociais para ela. Sendo a Educação considerada um direito social, não apenas pelo aparato formal do Estado (BRASIL, 1988, 1996) mas também pelo arcabouço crítico e acúmulo histórico conquistados por movimentos sociais representantes dos trabalhadores pela Educação, enquanto Política Social qualificada e avançada.

O que quer ser dito nos últimos parágrafos é que a atuação do assistente social na Política de Educação, tanto do profissional que se encontra inserido no campo²¹ quanto daquele que está pesquisando a área, devem se atentar para este aspecto fundamental da relação entre Serviço Social e Educação, a fim de não cair em análises simplistas e funcionalistas que correlacionam a inserção do assistente social na política como requisição acrítica e repentina devido à promulgação legal²² recentemente ocorrida.

Nesse sentido, não se deve perder o norte crítico na atuação, sendo ele fundamental para preservação e consolidação do projeto ético político do Serviço Social também na Política de Educação, não devendo ser concebidos acriticamente as buscas por assistentes sociais pelo Estado e pela classe burguesa.

O trabalho do assistente social na Educação não tem a ver apenas com um alargamento dos postos de trabalho para este profissional - apesar de isto também ser importante, como coloca Almeida (2008). A perspectiva que o Serviço Social deve ter quanto a si mesmo nessa inserção é o de defender o projeto da classe trabalhadora. Se a Educação qualificada é do interesse dela, portanto, é o do Serviço Social também.

Por isso, fica nítido que a relação entre a profissão do assistente social e o campo da Educação não é novidade. Tanto por ela ter sido usada nos primórdios da profissão, quanto por seu aprimoramento ser consonante com a objetivação do projeto ético político do Serviço Social. O referido projeto não se trata de uma documentação específica, tampouco um

²¹ A partir da bibliografia levantada para o trabalho, em particular em Almeida e Ferriz, o trabalho do assistente social na Política de Educação “na ponta”, ou seja, no trabalho profissional prático, pode se desdobrar em diversos segmentos do campo, tal como ser empregado dentro da escola, prestar consultorias ou fazer gerenciamento e controle democrático da política (ALMEIDA & FÉRRIZ, 2019). Mais a frente no trabalho, serão melhor abordadas as instâncias e segmentos possíveis de inserção, apenas não no dado momento devido à natureza de análise e o enfoque em outro aspecto da relação entre Serviço Social e Educação, que é sua dimensão histórica e ético-política.

²² A lei 13.935, promulgada em 2019, institui a obrigatoriedade do Serviço Social e da Psicologia nas escolas (BRASIL, 2019), o que implica a muitos a perspectiva de que, pela novidade da Lei, o estreitamento de laços entre Serviço Social e Educação é recente (CFESS, 2011, p. 15). Porém, como se demonstra na bibliografia adotada para este trabalho, este é um equívoco analítico. Enfim, a citada lei será mais profundamente abordada e sistematizada em outro momento do trabalho, ao passo que no atual ainda não se cabe discuti-la, mas é indispensável, para fins desta monografia, desvelá-la aqui.

regulador regente da profissão, porém, é um guia para o trabalho do assistente social continuar a defender a consolidação dos direitos sociais para a classe trabalhadora.

A totalidade do neoliberalismo, tal como apresentada anteriormente, impõe ao Serviço Social da Política de Educação muitos desafios. A fragmentação e focalização das políticas sociais sob este modelo econômico impõe ao assistente social que este desempenhe o papel de mediador da conflituosa Questão Social, ou seja, da tensão entre as classes. Se realizadas de maneira alheia ao processo de precarização do trabalho que o neoliberalismo faz com o Serviço Social, o assistente social pode ter sua atuação submissa aos interesses do capital.

Por fim, serão usados, mais uma vez, os postulados pelo CFESS (2011), para tentar enfatizar que a atuação deve ser criticamente orientada. Como bem postula o documento norteador do debate:

Não se trata de uma tarefa que traga resultados imediatos e que atenuem as tensões, conflitos e inquietações que consomem o cotidiano profissional de milhares de assistentes sociais, mas significa a afirmação de uma clara direção política, a articulação de um conjunto de referências teóricas que subsidiem a atuação profissional na Política de Educação, contribuindo para desvelar suas particularidades a partir de uma concepção de Educação que esteja sintonizada ao projeto ético-político do Serviço Social e que, por isso, não pode ser tomada de forma abstrata, vazia de significado político e desvinculada da perspectiva da classe trabalhadora (CFESS, 2011, p. 23).

O documento orienta o assistente social a não perder seu norte crítico frente a atuação, mesmo com a conjuntura neoliberal e de reestruturação do capital, na qual se desmontam políticas sociais e parte do fundo público se encontra financiando iniciativas privadas no campo da Educação, assim como de outras políticas sociais (CFESS, 2011, p. 21).

Dessa maneira, é possível observar certas reestruturações que a conjuntura neoliberal impõe a Política de Educação, o que afeta o trabalho não apenas dos assistentes sociais, mas também a vida dos sujeitos-usuários, do trabalho da equipe pedagógica e tem implicações para a qualidade da política.

O Serviço Social possui a capacidade, a partir de sua tradição crítica com o marxismo, de ler as impressões dessa relação no dia a dia da escola e de outras instituições educacionais, de forma que sua atuação, ainda que encontrada no cerne da tensão entre trabalho e capital (IAMAMOTO & CARVALHO, 1982), pode ser fonte de defesa intransigente dos direitos e da perspectiva crítica em relação às expressões do capitalismo na Educação (CFESS, 2011).

Nesse sentido, observa-se que a atuação do Serviço Social na Educação não deve manter postura acrítica. Nos primórdios profissionais, onde se iniciou, também, a conexão entre Serviço Social e a Política de Educação (CFESS, 2011), a profissão possuía caráter

confessional e religioso, desenvolvendo, aos poucos as bases teórico-metodológicas para tornar-se laica e com a capacidade de questionar ordens e instituições, inclusive e si própria.

Assim, já fez parte da atuação do assistente social que ele fosse pragmático em suas atividades profissionais, porém, a partir da autocrítica feita pelo Serviço Social, culminando na novidade de um projeto ético político comprometido com a classe trabalhadora, infere-se que em nenhuma política o Serviço Social deve apenas reproduzir as lógicas institucionais nem do capitalismo acriticamente, inclusive no campo da Educação.

É claro que o Serviço Social tem suas limitações perante as requisições institucionais, conjunturais e estruturais. Enquanto profissional subscrito na divisão sociotécnica do trabalho, o assistente social também pode se considerar um trabalhador, de forma que o mesmo também está preso na tensão do capital contra os trabalhadores.

Como o Estado é o maior empregador de assistentes sociais (ALMEIDA E FÉRRIZ, 2019), a reestruturação promovida pelo neoliberalismo dentro do interior das políticas sociais estatais é desafiador ao profissional pois, desta maneira, é esperado dele que sejam reproduzidas as lógicas do neoliberalismo, como de focalização, meritocracia e individualismo (BEHRING & BOSCHETTI, 2011) também em seu trabalho.

Por isso, como postula o documento do CFESS (2011) usado para referenciar este tópico, em diálogo com os escritos por Leal (2008), é possível inferir que a lógica capitalista de Educação é a de “docilização” e conformação para a classe trabalhadora, expondo-os ao processo de alienação e afastamento do pensamento crítico (LEAL, 2008).

Um desafio vivenciado pelo assistente social frente a esta lógica gerencialista e de aporte puramente técnico é da formação política dos sujeitos-usuários e equipe pedagógica durante a atuação do Serviço Social. O trabalho deste profissional não se limita apenas ao fazer pragmático, mas tem sentido teleológico e político (COUTINHO, 2009), de forma que durante sua inserção, o assistente social pode trabalhar para provocação de debates e reflexões frente à realidade institucional.

Como será visto mais à frente no trabalho, a atuação do assistente social, tanto na Política de Educação quanto em outras demais, tem como um instrumento bastante útil a articulação entre as redes²³ e entre a equipe multiprofissional. Nesse sentido, é correto afirmar que o Serviço Social é uma profissão que faz pontes entre outras profissões e entre diferentes

²³ Este instrumento será trabalhado com mais afinco no próximo capítulo, mas basicamente as redes socioassistenciais são a conexão sistemática entre instituições e políticas de um mesmo segmento ou então intersetoriais, a fim de aprimorar cada política no sentido de poder ser realizado o encaminhamento. No exemplo da Educação, ela pode estar atrelada com dispositivos da assistência, saúde, segurança e assim em diante, a fim de resguardá-la de algum problema que foge das capacidades da Educação de atender.

políticas, promovendo assim, a intersetorialidade - não apenas entre as políticas, mas também entre os Sistemas que as operacionalizam, tal como o Sistema Único de Saúde (SUS), Sistema Único de Assistência Social (SUAS), dentre outros.

Porém, a partir do momento em que a prática profissional se torna pragmática e apenas reprodutora da lógica neoliberal e institucional, ou seja, quando na maior parte das vezes não dá sentido teleológico nem ético-político ao seu trabalho, a rede termina ficando frágil, de forma que, sem o apoio do aparato da articulação, se torna difícil que o assistente social consiga trabalhar uma formação política dentro de seu campo de inserção.

Outro desafio à profissão que pode ser identificado nessas pinceladas superficiais é o de necessidade de disputa pela Educação gratuita e universal. No contexto do neoliberalismo, as políticas sociais sofrem com a disputa entre as classes sob a seguinte expressão: fatias da classe burguesa buscam se apropriar dessas políticas, que muitas vezes dizem respeito a serviços que configuram direitos, com saúde e Educação, para transformá-las em mercadorias (BEHRING & BOSCHETTI, 2011). Como exemplo, podemos observar o deslocamento do fundo público para instituições de cunho privado ao passo em que as públicas são sucateadas.

É disputa de projeto de classe que a Educação seja universal, laica, gratuita. A classe trabalhadora tem como um de seus anseios a Educação de qualidade para todos, porém, uma significativa parte da burguesia busca tornar ainda mais longe este horizonte, ao passo que tenta emplacar a Educação não como um direito social, mas sim mercadoria consumível. É a noção de cidadania pelo consumo e não por acesso à direitos (ALMEIDA, 2008).

Entretanto, é necessário afirmar que o caminho do assistente social dentro da Política de Educação não se constitui apenas de desafios, mas também de muitas potencialidades. Como já supracitado no trabalho, as políticas sociais são campo de contradição (BEHRING & BOSCHETTI, 2011; IAMAMOTO & CARVALHO, 1982; CFESS, 2011) onde o assistente social atua sob a tensão de ser um trabalhador assalariado, atendendo às demandas institucionais, que são em sua maioria estatais, ou seja, aparatos burgueses de controle (BEHRING & BOSCHETTI, 2011), porém, ao mesmo tempo, é comprometido com o interesse das massas trabalhadoras.

Assim, faz-se imprescindível reconhecer que o assistente social inserido na Educação vai encarar como potencialidade certos avanços que sua atuação pode proporcionar. Apesar de as mesmas virem a ser mais aprofundadas com a discussão de experiências mais a frente no trabalho, é conveniente aqui, também, discutir acerca delas, ainda que superficial e

rapidamente, a fim de explicitar que o Serviço Social pode adotar estratégias de resistência frente a cultura neoliberal e de retirada de direitos.

No caso, uma delas é a de conferir à Educação, para além do acumulado pela Pedagogia, Psicologia e demais áreas do conhecimento que atuam na política educacional e possuem aporte crítico²⁴, criticidade e visão expandida de cidadania. Nesse sentido, o Serviço Social contribui com sua visão aportada pela matriz da teoria social crítica, assim como com seu arcabouço acerca das políticas sociais, do planejamento e gestão e da formação política, articulação e protagonismo dos sujeitos-usuários.

No mais, outra potencialidade que pode ser apontada para o Serviço Social na Educação básica é o trabalho do Serviço Social diretamente com a juventude²⁵. Juventude enquanto categoria social e sociológica. Será melhor trabalhado ao longo dos próximos capítulos, mas a juventude enquanto categoria, tal como aponta Almeida (2008), é um segmento crucial da classe trabalhadora para o trabalho do Serviço Social, ao passo que por meio dela é possível promover a formação política.

Retomando a realidade do neoliberalismo, ela pode ser vista tanto em outras políticas quanto na de Educação, de forma que, tal como aponta o CFESS (2011), o Estado vem se retraindo para abrir espaço à operação de políticas pela iniciativa privada, e investindo no batimento de metas e demais indicadores que a elevariam em classificações nas agendas neoliberais mundiais (ALMEIDA & FÉRRIZ, 2019), e isto não deve ser visto como avanço (CFESS, 2011).

Nos postulados pelo CFESS (2011), vê-se que a Educação é, sim, um projeto de classe pertencente à classe trabalhadora. Não qualquer Educação, mas a Educação pública, gratuita, laica, universal e qualificada. Nesse sentido, não se deve ser encarado como avanço qualquer ação, seja do Estado ou da sociedade civil, que endosse a posição de tecnicismo da Educação, tampouco aquelas que apoiam sua mercadorização. Como é incansavelmente defendido por este trabalho, o direcionamento ético-político da profissão é o comprometimento com a classe subalterna, de forma que seus projetos sejam a prioridade da dimensão teórico-metodológica do Serviço Social brasileiro.

²⁴ Como não é de interesse aqui se aprofundar no aporte teórico-metodológico dessas profissões, a presente monografia saúda essas áreas por sua contribuição à Política de Educação.

²⁵ É preciso deixar claro aqui, antes da continuação da discussão, a ciência do presente trabalho quanto ao aspecto educacional de não atender apenas populações em idade de infância e adolescência. Em vista da complexibilidade da Política de Educação, elucida-se que muitos dos sujeitos-usuários dessa Política são pessoas já adultas (CFESS, 2011).

Em vista da defesa intransigente dos direitos sociais (CFESS, 1993) assim como da importância do Serviço Social se reconhecer como parte da classe trabalhadora (IAMAMOTO & CARVALHO, 1982), o presente capítulo teve como objetivo apresentar e discorrer criticamente sobre alguns dos fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social maneira breve, a fim de articulá-los com a Política de Educação e a inserção de assistentes sociais na mesma.

A Questão Social se desvela a partir dos desdobramentos do desenvolvimento capitalista desde o séc XIX até os dias atuais, sendo protagonizada pela disputa de forças entre as classes burguesa e trabalhadora, de forma que ambas disputam pelo controle do processo produtivo e do trabalho.

Já a Política Social responde à Questão Social por meio da oferta de serviços que mediam as expressões dessa relação de forças. Inicialmente requisitadas pelos ideais burgueses de controle da classe trabalhadora, tal qual o próprio Serviço Social, a Política Social tem origem na tentativa de sistemas excludentes, como o feudal e o capitalista, de continuarem reproduzirem-se na esfera objetiva e subjetiva. Seu caráter contraditório, como apontam as bibliografias do curso (IAMAMOTO & CARVALHO, 1982; BEHRING & BOSCHETTI, 2011; CFESS, 2011) permite que o assistente social se aproprie dela como objeto de intervenção teórico-metodológico e técnico-operativo.

Por fim, enfatiza-se que a compreensão crítica do projeto de classe defendido ao longo deste trabalho é essencial para entender o capítulo e a proposta do trabalho como um todo, ao passo que a proposição aqui, não é de apenas defender a Educação enquanto direito social, sendo uma política qualificada, laica, universal, mas também entender o papel do Serviço Social nesta luta e nessas conquistas, reconhecendo o assistente social também como trabalhador da Educação.

Agora, a fim de terminar as presentes considerações, as próximas linhas abordarão, rapidamente, sobre o conteúdo dos próximos capítulos. Nesse caso, faz-se necessário elucidar que o segundo capítulo irá trazer uma discussão acerca dos projetos profissionais na Política de Educação, a fim de dialogar com a atuação do Serviço Social. Para tal, serão utilizados os escritos de Couto (2009), em seu texto “Formulação de projeto de trabalho profissional.”, compilado em 2009²⁶ e considerado um clássico.

²⁶ Texto extraído da obra "Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais", compilação, publicada pelo CFESS e ABEPSS em 2009, que reúne textos de um curso de formação lato sensu em Serviço Social realizado na UnB e centra-se nas competências e atribuições do assistente social.

Capítulo II - O projeto profissional do Serviço Social na Política de Educação: caminhos para atuação crítica

Com base no apresentado no capítulo anterior, os seguintes tópicos buscam discorrer sobre a inserção do Serviço Social na Política de Educação, porém agora na perspectiva da criação e execução de projetos profissionais, para fins de aprimoramento das políticas onde ocorrerem sua inserção (COUTO, 2009; CFESS, 1993).

Resgatando a supracitada autora Couto (2009), a bibliografia básica da monografia pretende trazê-la como autora preferida do capítulo, em vista do objetivo do trabalho se centrar na importância dos projetos profissionais e sistematização da prática para o Serviço Social, ainda mais agora, em um campo recentemente regulamentado como política de inserção e apropriação pelo assistente social, porém que consolida também, mais uma conquista de direitos pela classe trabalhadora.

O trabalho por Couto (2009) é voltado para a formulação de projetos profissionais, de forma que a autora traz como instrumentos preferíveis ao Serviço Social no respaldo de sua autonomia, a legislação e regulamentação ética da profissão (COUTO, 2009; BRASIL, CFESS, 1993). Dessa forma, ela também apresenta e defende um passo a passo para a criação de projetos profissionais em campo - não com a intenção de finalizar um modelo, mas²⁷ sim sugerir um, a fim de fornecer subsídios para a reflexão acerca deles.

Portanto, a presente monografia acredita que os estipulados por Couto (2009) em articulação com a inserção do Serviço Social na Educação, em especial na perspectiva de inserções futuras do assistente social na política educacional. Em vista das demandas postas pela Questão Social na Educação introduzidas, ainda que superficialmente, neste trabalho, os próximos tópicos buscam enfatizar tanto a importância dos projetos para a Política de Educação, quanto contribuir para o debate acerca da inserção do assistente social neste campo.

2.1. Os projetos profissionais do Serviço Social na Educação

Como já discutido mais profundamente no capítulo anterior, a inserção do assistente social na Política de Educação é, apesar de antiga, ainda não muito madura (ALMEIDA,

²⁷ Antes de iniciar a exposição, enfatiza-se rapidamente, que o Serviço Social na Educação trabalha nas seguintes instâncias: Educação privada, Educação pública e na política de assistência estudantil - que mesmo sendo uma política própria, está intimamente ligada ao campo da Educação (ALMEIDA E FÉRRIZ, 2019; TELES et al, 2021), apesar de ser mais encontrada no ensino superior do que no básico.

2000, 2008; CFESS, 2011). Dessa forma, em vista das atuais condições da possível expansão do Serviço Social neste campo²⁸, o presente trabalho visa discutir a importância dos projetos profissionais enquanto ferramenta crucial para uma inserção qualificada, sejam estas experiências já existentes ou futuras.

A partir do entendimento que a Educação é social, tornou-se possível concebê-la enquanto Política Social em si e então, posicionar-se em defesa de sua apropriação teórico-metodológica e inserção sócio-ocupacional pelo Serviço Social. Porém, é indispensável frisar que a atuação do Serviço Social neste campo deve ser teleológica e eticamente orientada, a partir dos princípios éticos desta profissão (CFESS, 1993).

Assim, a monografia pretende, de antemão à defesa dos projetos profissionais propriamente dita, se aprofundar brevemente acerca das especificidades do campo da Educação interessantes ao Serviço Social, iniciando o debate sobre quais expressões da Questão Social são demandadas ao assistente social.

Como nos próximos capítulos essa intervenção e suas características únicas serão mais largamente abordadas, as discussões feitas neste tópico serão mais superficiais, mas ainda ajudarão a entender o ponto da importância dos projetos profissionais, assim como dará mais subsídios para pensá-los enquanto instrumentais necessários e bastante úteis.

Antes de adentrar em parágrafos que discutem, superficialmente, as particularidades da Política de Educação, a presente monografia visa falar rapidamente sobre a regulamentação e legislação da profissão do Serviço Social no Brasil. Faz-se indispensável enfatizar que todas legislações aqui abordadas são frutos do processo sócio-histórico de luta do próprio Serviço Social quanto a si mesmo. As reconstruções conceituais sob a ótica do marxismo foram essenciais para estas legislações, que podem ser consideradas conquistas. Esclarecido este ponto, segue-se o texto.

Portanto, a fundamentação da profissão do Serviço Social no Brasil torna o assistente social um profissional capacitado para responder às demandas da Questão Social no país, em especial através da operação de políticas sociais públicas. Porém, é necessário elucidar que

²⁸ Como já apresentado pelo atual trabalho, a promulgação da lei 13.935 em 2019 busca a inserção obrigatória do Serviço Social e da Psicologia em todas as escolas de ensino básico. Assim, pensa-se na possibilidade de qualificação e, até mesmo, formalização de vínculos do Serviço Social já existente na Política de Educação, assim como expande o leque de postos de trabalhos de assistentes sociais. É importante frisar este fato no presente trabalho devido à sua própria justificativa, de contribuição para o debate latente sobre Serviço Social e Educação.

para consolidar a caminhada histórica e teórico-metodológica da profissão como efetiva, a regulamentação legal do Serviço Social brasileiro deve ser essencialmente abordada, a fim de observar-se o produto histórico das lutas dos assistentes sociais pelo redirecionamento teórico-metodológico e ético-político do Serviço Social. Para tanto, o presente subtópico tem como objetivo apresentar e discorrer acerca dos principais pilares legais que sustentam a profissão do assistente social, sendo estas, no caso, a Lei 8662 de 1993 (BRASIL, 1993) e a versão mais nova do Código de Ética do Assistente Social, de 1993 (CFESS, 1993).

Em consonância com o trabalho do Conjunto CFESS-CRESS, assim como com demais entidades da profissão, como ABEPSS e ENESSO, o Serviço Social brasileiro funciona a partir da articulação da categoria, em suas produções teóricas e processos de trabalho. Assim, segue-se a discussão proposta.

Em vista de a presente monografia ter discorrido acerca dos procedimentos históricos do Serviço Social em torno de si próprio como profissão, é necessário respaldar que a normatização de uma lei que o regulamenta, assim como a promulgação de um código de ética e a existência de conselhos regionais e federal que acompanham a categoria são instrumentos indispensáveis para pensar o projeto ético-político profissional (COUTO, 2009).

A lei 8.662 (BRASIL, 1993) dá providências para o cargo de “assistente social” no Brasil, trazendo que para sua obtenção, o profissional deve possuir diploma válido no curso superior de Serviço Social, além de registro ativo no CRESS de sua respectiva região. Toda atividade atribuída a um assistente social, teoricamente, deve estar resguardada por alguém que se encaixa nesta descrição.

As competências e atribuições do assistente social (BRASIL, 1993; CFESS, 2011) são respaldadas, também, pelo acúmulo histórico presente na luta dos assistentes sociais, de forma que estes abarquem o trabalho do Serviço Social para a qualificação da atuação, resguardado assim, também, o sentido ético-político da profissão.

Couto (2009) traz em seu texto um pouco sobre as competências e atribuições profissionais a fim de usá-las para embasar a importância dos projetos profissionais na atuação, pois nelas estão descritas, ainda de que maneira bastante ampla, diversas possibilidades (e também limitações) para o assistente social.

As competências e atribuições do Serviço Social, descritas na lei, refletem a historicidade que a profissão carrega quanto a seu aspecto crítico. Em diálogo com o código

de ética profissional do assistente social (CEP), elas são capazes de incorporar e respaldar os assistentes sociais nos aspectos críticos de seu exercício profissional.

Já o Código de Ética do assistente social de 1993, traz materializado no corpo de seu texto, vários avanços do que a profissão conquistou em seus arcaibouços teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político, ao desvelar, enquanto documento normativo, princípios articulados com a emancipação humana, o que reflete o acúmulo profissional em seu rumo à criticidade.

Porém, tendo em vista a gênese conservadora da profissão e o grande tempo que esta perspectiva durou no interior da profissão, evidencia-se que a categoria dos assistentes sociais nem sempre foi teleologicamente orientada por esta visão crítica à sociedade de classes e que permeia a justiça e equidade social. Versões do código de ética anteriores ao do atual, de 1993, expressam o funcionalismo, o conservadorismo, a não separação entre igreja e profissão e demonstram como funcionava a concepção acrítica do Serviço Social, assim como de suas respectivas épocas e contextos históricos, para com a Questão Social.

A fim de adensar, rapidamente, o debate acerca da ética no Serviço Social, os próximos parágrafos conversam com os ditos por Oliveira e Chaves (2017). Traçando um histórico pelos códigos de ética (OLIVEIRA & CHAVES, 2017), elas demonstram como estes dão conta de explicar os fundamentos histórico-teórico-metodológicos da profissão, passando por desde o código de 1947 até o de 1975.

Como já foi mostrado, resumidamente, durante este período a profissão passou pelas características conservadoras de ser inicialmente ligada a Igreja Católica, ainda na década de 1930 e depois acriticamente alinhada com os interesses de dominação e repressão da classe trabalhadora no contexto da Guerra Fria, já na década de 1950, até a década de 1970, quando se iniciam os polêmicos debates acerca da “reconceituação”.

Contando com os avanços postulados por essa categoria, chega-se ao código de ética de 1986 e, após ele, o de 1993, que vai delinear com mais afinco os termos ético-políticos e teórico-metodológicos da profissão, a partir do emprego do materialismo histórico-dialético em suas proposições, ao passo que agora o Serviço Social já concebe os sujeitos-usuários de suas políticas como sujeitos fundados nas relações sociais, como seres concretos produzidos pelo processo produtivo - no caso, o sistema capitalista e o regime da propriedade privada, como bem colocam Marx e Engels - de forma a não associar mais condições causadas pela Questão Social como situações provocadas exclusivamente pelos indivíduos.

O CEP atual traz em suas outorgas, como em seus princípios fundamentais (CFESS, 1993) o caráter emancipatório do projeto ético-político profissional do assistente social hoje em dia, marcado pelo aporte crítico construído pela categoria nas últimas décadas, na qual ela rompe princípios de reprodução alienada do capitalismo, para adotar uma posição questionadora e de inovação de si mesma. Em comparação com os outros códigos é possível observar que tal CEP, em conjunto com a lei 8662/93, consolida avanços para a categoria.

Essa legislação embasa a autonomia profissional, pois, pelo visto com as atribuições, competências, diversos direitos e impedimentos ao Serviço Social, o assistente social fica respaldado de seu próprio projeto em campo, sendo assim, dentro de suas limitações institucionais, seja pela política ou pela instituição empregadora, sendo requisitado dele, a partir da atuação e articulação com as entidades de representação, uma postura de defesa intransigente dos direitos sociais, civis e políticos.

No caso da Educação, o assistente social continua com o caminho norteado pela inserção feita a partir da matriz teórica crítica, trazendo consigo o arcabouço acumulado pela profissão nas últimas décadas, expandindo sua inserção para um novo espaço, que requer novos esforços teórico-metodológicos e técnico operativos, mas alinham-se com a pavimentação feita pelo projeto ético-político profissional: a de conquista e garantia dos direitos da classe trabalhadora frente à expressões da Questão Social.

Por fim, nota-se a importância e indispensabilidade das legislações para o exercício profissional, em vista delas carregarem e protegerem o legado crítico da profissão, sendo respaldo para o profissional de Serviço Social em sua jornada de luta por direitos no interior das políticas sociais. Devido a isto, o próximo subtópico, em articulação com o primeiro, tem como objetivo discorrer sobre a Política de Educação, para depois relacioná-la ao Serviço Social.

2.1.1. Breves expressões da Questão Social na Educação

O Serviço Social, enquanto profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho (IAMAMOTO & CARVALHO, 1982) se apropriou da categoria “Questão Social” por meio do aporte técnico científico das ciências sociais, ao inteirar-se dessas discussões, sob a luz do materialismo histórico-dialético marxiano, (RAICHELIS, 2011, p. 422), tal qual já foi-se previamente discutido no trabalho.

Falando em termos sócio-históricos, a resposta do Estado para as reconfigurações sócio-econômicas criadas pela instauração da dominação do Capital sob o trabalho, como a pobreza e demais expressões da chamada “Questão Social” foram as políticas sociais (HENRIQUES, 2015; BEHRING & BOSCHETTI, 2011).

Por meio da estruturação, promulgação e financiamento, o Estado opera as políticas sociais, como Previdência, Saúde, Segurança, dentre outras, de forma que a Educação é eleita como parte destas. Dessa forma, observa-se que a Educação, sendo uma Política Social, elevada ao nível de produção e reprodução das relações sociais, é um dos espaços de manifestação para as contradições causadas pela relação capital-trabalho no capitalismo.

O debate acerca qualidade da Educação e desigualdade entre os sujeitos-usuários desta política, como das diferenças entre Educação pública e privada no Brasil, não será aprofundado aqui, pois se trata de um texto que busca trabalhar questões concernentes ao Serviço Social, porém, dada a natureza da Questão Social e sua relação indissociável com a profissão (IAMAMOTO & CARVALHO, 1982, 2001; COUTO, 2009), torna-se praticamente impossível não citá-las enquanto expressões gritantes da Questão Social.

A Política de Educação pública também pode ser encarada como fragilizada enquanto Política Social, devido aos desmontes realizados no interior do Estado com a contrarreforma neoliberal que o país atravessa desde as últimas décadas (BEHRING, 2003; ALMEIDA, 2008; GHELLERE, FERNANDES & SOUZA, 2021).

No mais, podem se citar como demandas colocadas pela Questão Social dentro da Política de Educação, mais precisamente no contexto escolar: fome e insegurança alimentar²⁹; pobreza; violência urbana, sexual, física e psicológica; problemas com a saúde mental dos estudantes; trabalho infantil; “desestruturação”³⁰ familiar; baixo desempenho escolar;

²⁹ Como apontado por Ribeiro-Silva et al, em um artigo sobre insegurança alimentar na época da pandemia da COVID-19: “A preocupação com o acesso aos alimentos é grande [...] O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), representa um dos principais meios de garantir alimentação adequada aos escolares brasileiros durante os dias letivos e um dos mercados mais importantes para geração de fonte de renda para muitos agricultores familiares”, desvelado, assim, que o fechamento das escolas representou fragilidade na segurança alimentar de várias famílias, demonstrando a importância do contexto escolar até mesmo para a alimentação de muitos sujeitos-usuários da política.

³⁰ Foi-se utilizada as aspas a fim de chamar atenção para a negação do conceito conservador e moralizante de família. A autora não tem como intenção associar diretamente a família nuclear com preservação de direitos e qualidade de vida, por isso utilizou-se tal pontuação. Com a palavra “desestruturação” a monografia se refere a situações de precariedade e violação de princípios do ECA na vida dos sujeitos-usuários, tais qual a delegação de tarefas domésticas e familiares como crianças mais velhas sendo responsabilizadas por seus irmãos mais novos excessivamente, o que os atrapalha em seu próprio desenvolvimento e desempenho educacionais.

dificuldade de aprendizado; perseguição sistemática (*bullying*); dentre outras. Todas citadas tem ligação com a reprodução da Questão Social brasileira

Assim, é nítido o quanto a Política de Educação tem possibilidades de intervenção para o Serviço Social, as quais já vêm sendo feitas, ainda que timidamente. Dessa maneira, a presente monografia busca adentrar, de forma propriamente dita, no quesito do planejamento profissional. Nesse sentido, serão descritas, à frente, como se é feita a formulação de um projeto profissional para a intervenção qualificada, assim como do porquê de sua enorme importância e indispensabilidade para o assistente social na Educação.

2.1.2. A formulação dos projetos profissionais

É necessário partir do que a própria Couto (2009) compreende como criação de projetos profissionais: a formulação do projeto profissional consiste no planejamento da atuação e das intervenções do assistente social em seu respectivo campo. Para fazê-lo, o profissional precisa se respaldar em sua legislação normativa, seu compromisso ético-político e em indicadores quantitativos e qualitativos para medição da efetividade de sua intervenção, além de, claro, conceber criticamente as demandas levadas a ele e o efeito que estas têm sob os sujeitos-usuários da respectiva política.

“Ao apresentar o projeto de trabalho, o assistente social estabelece parâmetros importantes da relação profissional dentro da instituição em que trabalha.” (COUTO, 2009), dessa maneira, observa-se a primordialidade do projeto profissional não apenas para aquele profissional individualmente, mas também para a elevação do trabalho aos parâmetros éticos e críticos acumulados pelo arcabouço teórico profissional até os dias atuais.

O profissional do Serviço Social tem autonomia para delimitar sua relação com a instituição até um certo limite, respaldado por instrumentos como sua regulamentação legal, como as Lei 8.662/1993 e o CEP de 1993 (COUTO, 2009, p. 652). Ela também afirma que a formulação profissional não é obrigatória nem que exista apenas um único jeito certo de formulá-la, porém a autora a enfatiza como instrumental útil, para que o assistente social não confunda o projeto institucional e de ideários reprodutores da Questão Social como seus próprios (COUTO, 2009, p. 653, p 654).

Já no que se refere a formulação dos projetos de trabalho, a própria autora defende, resumidamente, que sua construção vai partir da separação nas seguintes partes: objeto, objetivos, metas, indicadores, avaliação:

Para que o assistente social possa ter o projeto de trabalho como estratégia de reconhecimento profissional, o projeto deve ser escrito, não pode estar apenas na cabeça do profissional, a sua materialização é fundamental. É necessário que ele possa ser acessado, acompanhado e entendido. Assim, a sua formulação deve conter alguns elementos fundamentais, como:

a) a identificação, a delimitação e a justificativa, claras, do objeto da ação: o que o assistente social, com seu trabalho, se propõe a atender, que refrações da Questão Social serão objetos de sua intervenção. [...]

b) a definição de seus objetivos com esse trabalho: o que pretende fazer, quais objetivos pretende alcançar. Os objetivos devem ser claros e exequíveis. A definição de objetivos dá a clareza necessária para compreender a proposta de intervenção profissional;

c) a identificação das metas: é preciso quantificar e qualificar o trabalho proposto. Essas metas devem estar relacionadas com os objetivos. É necessária a explicitação de indicadores, que serão os medidores da efetividade do trabalho. Todo o trabalho social pressupõe, ao ser executado, uma transformação sobre a realidade; para avaliar isso, é fundamental, na formulação do projeto, que se anunciem os resultados a que se pretende chegar [...].

d) o apontamento dos recursos: o projeto deve deixar muito claro quais recursos serão necessários para a sua execução. Neste item, é preciso atentar para os recursos financeiros que serão despendidos. Cada vez mais, os assistentes sociais devem procurar entender de orçamento [...] para não só propor um projeto de trabalho exequível, mas também para buscar, nesse entendimento, estratégias de alargamento de recursos para atender às demandas dos cidadãos sujeitos-usuários;

e) por fim, é necessário que o projeto indique os mecanismos de controle social de seu trabalho, como os registros serão efetuados e como o conhecimento produzido no trabalho será potencializado. Um projeto de trabalho deve preocupar-se com que todo o conhecimento produzido seja um elemento que realmente novos projetos e que ofereça elementos de reforço à população usuária, na sua organização por ampliação de direitos sociais. (COUTO, 2009).

Nesse sentido, fica claro como é bem delineada pela autora uma ideia de formulação de projeto de trabalho. Como já mencionado, ela não diz que existe um guia único e certo, tampouco obrigatório, de como formular um projeto profissional, cabe também ao próprio assistente social atualizar-se de bibliografias e discussões acerca da temática, a fim de criar o seu próprio.

Cada demanda e cada instituição, assim como cada profissional também, tem suas próprias particularidades e limitações, o que justifica a não-existência de apenas um projeto universal promulgado por organizações brasileiras de Serviço Social. Porém este fato flexibiliza e delega ao próprio assistente social lotado (a) em sua instituição o fazê-lo, sob a possibilidade de realizar um personalizado para seu próprio campo.

Como pode ser visto pelas palavras da autora, a materialização do projeto profissional parte, também, da investigação minuciosa acerca dos sujeitos-usuários, sua comunidade, sua cultura e seu território. A fim de aproximar o profissional do Serviço Social à população usuária, o projeto de trabalho é capaz de aprofundar essa relação e também a estimular o entendimento e consequente articulação das redes do dado território atendido.

O trabalho do assistente social deve estar em consonância tanto com a conjuntura e estrutura da sociabilidade capitalista quanto às demandas específicas e exequíveis daquele projeto feito naquele momento (COUTO, 2009) para que sua ação profissional seja efetiva e qualificada. Não se deve deixar de dialogar com a realidade concreta em suas raízes, que é a própria Questão Social, mas as particularidades de cada território e população usuária devem ser respeitados, assim como cada demanda deve ser trabalhada de cada vez.

Por fim, após aprofundar-se e dialogar especificamente com as demandas da Política de Educação, reitera-se, mais uma vez que a importância do projeto profissional é respaldado, principalmente, pela ética libertadora do Serviço Social e sua rejeição ao conservadorismo, preconceito, reprodução acrítica das expressões da Questão Social, materializadas pela prática de trabalho pragmática.

Retoma-se aqui, a partir do acumulado pelo debate, que o projeto profissional pode ser utilizado como um instrumental de bom alcance para qualificação do trabalho profissional do assistente social. Porém, é importante frisar, para fins de cumprir os objetivos específicos deste trabalho, que toda esta dissertação acerca de formulação do planejamento profissional vem sendo feita para apontar tal ferramenta como essencial para as futuras intervenções no campo da Educação.

Neste caso, é necessário elucidar como a usabilidade do projeto profissional impacta positivamente o trabalho do assistente social na política educacional. Nesse sentido os próximos parágrafos visam dar conta das possibilidades específicas que o Serviço Social tem atuando na Educação sob a orientação teleológica de um projeto profissional, eticamente comprometido com a emancipação.

2.1.3. Potencialidades do projeto profissional na Política de Educação

De início, vale citar que esses argumentos não se baseiam apenas na pesquisa bibliográfica realizada para a elaboração da monografia mas também na experiência de

estágio obrigatório realizada pela autora³¹, que será discutido um pouco mais a frente, mas que se situou de forma bastante aproximada da Política de Educação básica e do trabalho do Serviço Social dentro dela.

As possibilidades de elevar o trabalho do assistente social na Educação por meio do projeto profissional são muitas. Algumas delas vão ser discutidas nos próximos parágrafos mas não se limitam ao exposto aqui, tampouco tal debate se esgota neste trabalho. As seguintes são apenas algumas dessas.

Dentre as tais, pode-se citar a representatividade dos sujeitos-usuários perante a instituição educacional, para a defesa de seus interesses sem necessários comprometimentos nem constrangimentos - logicamente, dentro dos limites institucionais colocados ao assistente social também, porém já sob o respaldo de um profissional legalmente defensor dos direitos sociais e eticamente comprometido com as classes subalternas (BRASIL, 1993; CFESS, 1993).

Das demais, outro aspecto importante que pode ser abarcado pelo planejamento profissional do Serviço Social na Educação é o de possível formação política dos sujeitos-usuários, ainda numa idade jovem. Além da representatividade, o incentivo à organização política e à conscientização quanto a seus próprios direitos, trazendo para o trabalho do assistente social o estímulo da dimensão crítica dos sujeitos-usuários, tentando fazê-los reconhecer sua própria cidadania.

Pode-se observar, também, o trabalho com a cultura, o lazer e a juventude como ferramentas de grande utilidade para a Política de Educação, tanto no sentido da formação política quanto a da acadêmica. Almeida (2008) traz a temática da juventude, ao abordar que os tempos atuais não promovem ao jovem a apropriação da cultura socialmente produzida por incentivá-los à busca por direitos e integração na política educacional, mas empurrá-los para o consumo como se este fosse cidadania (ALMEIDA, 2008). Por isso, o assistente social deve se inteirar acerca da juventude enquanto categoria, para disputar este imaginário e tentar garantir que a mentalidade deste segmento seja pela luta por direitos.

Seguido ainda nas possibilidades dadas pelo projeto profissional têm-se, retomando a linha de raciocínio que abordou o protagonismo dos sujeitos-usuários e a necessidade de conhecimento do assistente social acerca deles (COUTO, 2009), o trabalho em redes como um grande aliado nos *hall* de instrumentais úteis ao Serviço Social na política educacional.

³¹ O estágio será mais profundamente discutido nos momentos seguintes do trabalho.

Nesse caso, tanto pelo reforço à protagonização dos estudantes, suas famílias e comunidade nas intervenções quanto pela capacidade do assistente social fazer uma ponte entre eles e instituições para além da escola que possam dar conta de demandas trazidas pelos sujeitos-usuários em âmbito escolar mas que podem ser trabalhadas em outras políticas, como na saúde, assistência, dentre outras. A articulação entre o assistente social e a rede de atenção social e psicossocial daquela comunidade na qual a instituição que ele trabalha se encontram é um instrumental fundamental que será mais profundamente abordado nesta monografia.

Por fim, é necessário enfatizar que, como a medição dos processos vai ser feita a partir do parâmetros quantitativos e qualitativos realizados em uma das etapas da formulação do projeto, o registro de experiência e sistematização da prática profissional (ALMEIDA, 2006; COUTO, 2009) realizados por meio da avaliação dos projetos profissionais, não representa apenas o controle democrático com o usuário e a instituição na intervenção feita pelo assistente social, mas também pode ser visto como contribuição científica e avanço, ao passo que estas experiências sejam socializadas e debatidas à nível de categoria³².

Um outro instrumental que, inclusive, daria apoio ao projeto profissional, em termos de auxiliá-lo com o registro das informações cotidianas é o diário de campo (LIMA, MIOTO & DAL PRÁ, 2007). Elegido por uma parte da bibliografia como uma das ferramentas que pode ajudar o assistente a qualificar sua intervenção e registrar melhor sua prática profissional, ele pode vir a ser útil ao projeto profissional, principalmente no sentido de apropriação do campo, dos sujeitos-usuários e do território. Também por meio dele é possível identificar características específicas de cada instituição e política, tornando-se possível montar estratégias de enfrentamento às complexas demandas dadas ao Serviço Social.

Caminhando para o encerramento do presente subtópico, o texto busca mencionar, rapidamente, o quanto a autora da bibliografia preferida do capítulo - que é, no caso, Couto (2009) - chama atenção dos assistentes sociais para uma intervenção planejada não apenas por prezar a qualidade e o aprimoramento do Serviço Social enquanto profissão, tal qual é proposto no CEP (CFESS, 1993), mas também para evitar a prática de trabalho pragmática.

³² No documento “Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação”, o Conjunto CFESS-CRESS traça uma linha do tempo em que demonstra a construção do Grupo de Trabalho de Educação do CFESS (CFESS, 2011). Este é um exemplo que expressa a importância da mobilização e articulação dos trabalhadores do Serviço Social acerca das políticas no âmbito das entidades, mas não apenas nelas. Na experiência de estágio que será logo a frente aborda, tal característica da potencialidade que é a instituição de discussões periódicas sobre as políticas é essencialmente enfatizada.

O pragmatismo, para Couto (2009), pode ser definido como aquele trabalho acrítico, sem criatividade, sem estratégias combativas da expressão da Questão Social e sem o caráter de compromisso com os interesses da classe trabalhadora e com a emancipação humana. É o trabalho que não nada contra a corrente, não a crítica, muitas vezes não a enxerga e, talvez, até a negue.

Neste caso o assistente social pragmático cai nas armadilhas de culpabilização e individualização do usuário, despindo-o de seu contexto na totalidade, negando que a realidade concreta imprime nele, na instituição, nas políticas e no próprio trabalho do assistente social, as relações sociais hegemonicamente estabelecidas, negando o papel de transformação e o projeto ético-político profissional. Dessa forma, o Serviço Social se torna uma profissão de caráter conservador e que se afasta de seu sentido garantidor de direitos.

A relação do trabalho pragmático fica comum nas situações cotidianas dos assistentes sociais, em especial naquelas em que as condições laborativas são precárias, tais como em instituições que violam sigilo, sobrecarregam e desmobilizam, dentre outras formas, o Serviço Social. Assim, será percorrido mais a frente quais demais aspectos do pragmatismo afetam a categoria dos assistentes sociais e como sua manifestação impacta nas intervenções, sejam elas de articulação, formulação de projeto profissional, sistematização da prática, e além.

Enfim, em vista do acumulado pelo trabalho até o dado momento, com o ênfase na importância dos projetos profissionais para a Política de Educação e quais as demandas próprias e únicas da mesma, é necessário dizer que mais aspectos das demandas serão mais profundamente trabalhados no capítulo três da monografia, mas que já foi interessante introduzir alguns deles aqui para que o leitor se inteire das potencialidades encontradas pelo Serviço Social na Educação, caso ele esteja sendo bem planejado e implantado.

2.2. Os perigos do pragmatismo na atuação profissional

Em vista de continuar defendendo a importância do projeto profissional para a atuação do assistente social na Política de Educação, será debatido, no atual subtópico, como os perigos do pragmatismo impactam os processos de trabalho do Serviço Social nesta política. Para tal, o presente texto vai se debruçar na experiência de estágio obrigatório realizado pela autora, o qual se encontrou na política de assistência estudantil.

A justificativa para escolha de falar sobre o estágio parte da aproximação com o campo da Educação e análise dos processos de trabalho do assistente social pela autora e ex-estagiária, pois seu projeto de intervenção³³, realizado em coletivo com outros colegas do curso, foi focado na sistematização da prática profissional dos assistentes sociais da instituição o qual ela se inseriu (TELES et al, 2021). Formalmente, o estágio era no campo da assistência estudantil e lotado especificamente em um *campus*, porém a equipe realizadora do projeto preferiu tentar alcançar todo o Serviço Social de todos os *campi*.

Como apontado nos Anais do Colóquio de Estágio - 1º/2021, o trabalho citado teve como intenção:

O presente documento apresenta o projeto de intervenção realizado através da disciplina de Estágio Supervisionado em Serviço Social II pelos estudantes Beatriz de Oliveira Teles, Gabriel dos Anjos Vieira Marinho e Marina Porto Carvalho, sob supervisão acadêmica de Isabela Ramos Ribeiro e Izis Moraes Lopes dos Reis na Universidade de Brasília [...] O campo de estágio foi a Coordenação de Assistência Estudantil e Inclusão Social do Instituto Federal de Brasília - Campus Estrutural (CDAE/IFB), sob a supervisão de campo pelo assistente social Samuel Gabriel Assis (CRESS nº 3917) [...] Tendo em vista que o referido projeto foi realizado durante a pandemia da COVID-19 e tal atipicidade impôs bruscas mudanças no mundo do trabalho repentinamente, a implementação teve como objetivo conhecer e intervir nos processos de trabalho das (os) assistentes sociais do Instituto sob o trabalho remoto emergencial. Tal intuito se justifica pela necessidade de sistematização da prática, tanto para promover aprimoramento e visibilidade ao Serviço Social no campo como também registrar as experiências profissionais durante a situação de calamidade vigente. (TELES et al, 2021).

Pelo que se vê, a justificativa da implementação é ligada à pandemia da COVID-19, porém, ao passo em que os resultados da pesquisa foram surgindo, tornou-se evidente como os processos de trabalho do Serviço Social devem ser planejados e repensados para evitação do pragmatismo, independente de condições atípicas de trabalho ou não, como o presente texto apresentará em seguida. Antes disso, seguem-se algumas descrições a respeito da natureza do estágio realizado.

Como informado no parágrafo anterior, a pandemia impôs condições especiais a fim da preservação da saúde da população. Dessa forma, como praticamente todo mundo do trabalho e a Política de Educação adotaram medidas emergenciais, com estágios não foi diferente, de forma que estes passaram a serem realizados também de maneira remota. Em

³³ Seguindo o raciocínio da Política Nacional de Estágio (2010), da ABEPSS, o projeto de intervenção é uma intervenção na realidade do campo feita por estagiários, a fim de apropriar-se das dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política do Serviço Social de maneira mais concreta.

vista do ERE³⁴, as atividades desempenhadas pela autora no campo de estágio foram completamente *online*.

Com todas as ressalvas e críticas feitas a este modelo³⁵, chama-se atenção para o fato que o uso de TICs como *drives* e *email* foram bastante úteis a ex estagiária e autora, principalmente na manutenção de seu diário de campo³⁶, o que a ajudava na elaboração dos relatórios de atividades exigidos para a frequência.

Assim, foi-se constatado que o relatório de atividades e o diário de campo podem ser instrumentais úteis na construção de projetos profissionais qualificados, e o presente texto os elege como grandes aliados na intervenção educacional, pois os mesmos promovem o conhecimento e sistematização sobre o campo. É posto em vista, também, que mesmo em condições atípicas, é possível formular projetos profissionais de caráter efetivo.

Agora, retornando a pesquisa feita para o projeto, a fim de continuar a argumentação acerca dos prejuízos da atuação pragmática, é preciso elucidar quais procedimentos metodológicos foram empregados para execução da pesquisa desempenhada na intervenção. Em seguida, parte do texto que resume a aplicação:

A concretização da implementação foi dividida em fases. Primeiro, foi aplicado às (aos) assistentes sociais um formulário, construído via Google Forms, acerca do impacto do trabalho remoto emergencial na rotina profissional. Depois, os estagiários utilizaram o retornado para pautar uma Roda de Conversa com o público-alvo, a fim de debater as informações levantadas. De tal maneira, o planejado era incentivar as (os) profissionais a instituírem um evento periódico semelhante ao ocorrido, justamente para discussão interna dos processos de trabalho. (TELES et al, 2021).

No caso, a equipe estagiária resolveu aplicar basicamente métodos mistos, trabalhando com o uso de formulário (TELES et al, 2021), que continha perguntas

³⁴ ERE é a sigla para “ensino remoto emergencial”, empregado durante o período pandêmico na Universidade de Brasília (UnB), a fim da continuação dos calendários letivos mesmo com a pandemia, por meio de resoluções do CEPE.. Na caso, as resoluções principais foram as seguintes: Resolução CEPE 059/2020 e Resolução CEPE 117/2020.

³⁵ Durante o Fórum de Supervisão de Estágio em Serviço Social, realizado dia 29/09 na Semuni 2021 e conduzido pela Coordenação de Estágio do Departamento de Serviço Social da UnB (SER/ICH), a fala feita pela Prof. Dr.a Anabelle Carrilho, coordenadora de estágio do curso de Serviço Social noturno, provocou reflexões essenciais para debater o uso das TICs na prática profissional, na qual são expostos quais desafios são postos por elas e como a experiência de usá-las como principal instrumental no processo de trabalho impactará Serviço Social, tendo em vista que o atual cenário do país é marcado pelo neoliberalismo, onde se desmontam políticas sociais públicas e se flexibiliza o trabalho, o que termina por retroceder direitos dos trabalhadores, contrapondo-se à princípios éticos-políticos da profissão (CARRILHO, 2021).

³⁶ De acordo com os postulados por Lima, Miotto e Dal Prá (2007) o diário de campo consiste num documento em que o assistente social descreve, criticamente ou não, suas atividades cotidianas, a fim de conhecer melhor o campo. Na referida experiência de estágio, foi essencial o mantimento de um registro diário de atividades, pois com ele é possível apreender de forma suficientemente profunda sobre o campo de intervenção, tanto para facilitar a sistematização da prática profissional (LIMA, MIOTTO & DAL PRÁ, 2007) quanto nortear os projetos profissionais, o que dialoga e enfatiza bem as falas da professora Couto (2009).

qualitativas, porém, na sistematização das respostas, foram-se levantados tanto dados estatísticos quanto analisados sob debate, entre o time, quais os pontos mais falados e quais retornos mais chamaram atenção nos resultados do questionário.

Em seguida às discussões em relação a respostas, os estagiários e o supervisor de campo convocaram uma Roda de Conversa com o público-alvo a fim de socializar com eles os achados da pesquisa. O objetivo era provocá-los a institucionalizarem um encontro periódico para a avaliação e sistematização do trabalho empenhado. (TELES et al, 2021).

Quanto aos elementos encontrados pela equipe estagiária e que lhes chamaram atenção, de fato, são presentes muitas demandas, claramente relacionadas ao período pandêmico em si. Porém, para além da exclusividade e excentricidade em que trabalho remoto emergencial implicou, muitos dos problemas de sistematização da prática profissional que foram encontrados já eram anteriores ao período pandêmico, o que influencia diretamente no planejamento profissional, ou seja, na formulação do trabalho concreto.

Além da sobrecarga e uniformização do trabalho, os profissionais deste campo enfrentavam condições sócio-ocupacionais que não os incentivava a aprimoração do trabalho profissional. Ao longo da aplicação do método, tanto nas respostas do formulário quanto na Roda de Conversa, foi vista pelos estagiários o quanto a categoria, naquele espaço, não dava conta de sistematizar seus próprios processos de trabalho e nem organizar-se perante a instituição enquanto profissionais com demandas.

Retomando parte dos subtópicos anteriores, busca-se novamente o trabalho de Couto (2009), com a categoria de projetos profissionais, onde ela considera essencial aos assistentes sociais tanto o conhecimento do campo, no caso, da instituição, da política e dos sujeitos-usuários, quanto a definição dos objetivos específicos do Serviço Social para aquela inserção, porém sempre respaldado pela regulamentação profissional: fiel aos próprios atributos, competências e projeto ético-político da profissão. Para ela, é indispensável o planejamento do trabalho e a teleologia para o planejamento:

[...] é preciso reconhecer o real compromisso da profissão com o trabalho coletivo e com o atendimento às necessidades sociais. Toda e qualquer leitura da realidade que prescindir do reconhecimento de que o trabalho do assistente social se coloca na tensão direta entre trabalho e capital corre o risco de produzir um conhecimento pragmático, descritivo, desconectado da sociedade e com as condições para a culpabilização individual de sujeitos, famílias e grupos sobre as mazelas produzidas pela sociedade capitalista. [...] o assistente social é chamado a prestar serviços que podem corroborar o status quo ou atuar para criar outras formas de sociabilidade, que problematizem a organização da sociedade. Para que isso ocorra, é necessária uma sólida formação teórica e técnica. É preciso fugir das improvisações, é imperioso planejar o trabalho, dar-lhe sentido teleológico. Como fazê-lo? Usando todo o arsenal que a ciência oferece, bem como renovando a qualificação permanentemente." (COUTO, 2009).

Levando em comparação o postulado pela autora, neste texto clássico, ao lado da experiências vivenciadas em campo de estágio onde se observam certas práticas pragmáticas, infere-se que o pragmatismo no Serviço Social, inclusive nas áreas de assistência estudantil e de Educação, também é presente. Dessa forma, os projetos profissionais ficam comprometidos, em especial quanto à seu aspecto de uma intervenção crítica e eticamente orientada (COUTO, 2009), em vista de a atuação já não ser mais norteadada nem pela busca pela emancipação de relações sociais que reproduzem a ordem social vigente, de forma que se torna acrítico.

Articulando o discutido com base em Couto (2009) até aqui com o já apontado anteriormente (BEHRING, 2003; GHERELLE, FERNANDES, SOUZA, 2021) é possível sustentar que a soma da desmobilização da classe trabalhadora, com o desmonte de políticas sociais públicas e o desaparecer dos projetos profissionais no campo, em especial levando em conta seu potencial de concretização do projeto ético-político profissional, são um caminho não apenas para a precarização do Serviço Social em si, mas também das próprias políticas em si, tendo em vista que as mesmas sofrerão com a descontinuidade dos projetos interventivos.

2.3. Por uma práxis renovadora do Serviço Social na Educação

Partindo do acumulado pela mediação entre a importância dos projetos profissionais para o Serviço Social, a fim de evitar as práticas pragmáticas, e a breve relatoria de experiências de atuação no campo da Educação, os próximos parágrafos buscam defender a centralidade do projeto ético-político profissional (CFESS, 1993) para a construção de planejamentos profissionais do assistente social em sua inserção da política educacional.

Couto (2009) traz que a formulação dos projetos profissionais, na atualidade, exige do assistente social não apenas domínio de instrumentos de caráter legal para embasar sua atuação, como a Lei de regulamentação do Serviço Social, 8662 de 1993, e o código de ética de 1993, mas também criatividade e conhecimento dos sujeitos-usuários das políticas, sendo, portanto, o trabalho do assistente social esgotado além das requisições institucionais (COUTO, 2009, p 655).

A materialização de uma intervenção qualificada começa com a investigação minuciosa do assistente social acerca de seu campo de inserção e a definição de seus objetivos, em cada um de seus projetos (COUTO 2009, p. 657). Na Educação, é exímio, enfim, que o Serviço Social se articule com a realidade da população usuária, no caso, estudantes, suas famílias e seus demais relacionados da comunidade e cotidiano³⁷.

Nesse sentido, é necessário que o profissional esteja atento às especificidades materiais de seu próprio campo. Além do tal, que também se proponha a trabalhar ativamente pelo aprimoramento da política e garantia de direitos profissionais, a partir de seu respaldo ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo (COUTO, 2009).

Ainda nesta linha de raciocínio, é possível dialogar com os propostos por Faceira (2008) no que se refere à fuga do pragmatismo e a busca incessante pela consolidação do projeto ético-político. A autora traz que a escola tem um papel massificante quanto aos estudantes e, em consequência, às suas famílias (FACEIRA, 2008) e que o trabalho do assistente social na escola pode intervir para a modificação deste paradigma.

Ela coloca que a política educacional, em particular na escola, é perpassada por uma expressão da Questão Social que diz respeito à exclusão e estigmatização do que ela chama de “diferente”. Nas palavras da própria autora:

Pensando as diferenças que temos no campo educacional [...] e que cada uma dessas diferenças são construções sociais e do âmbito histórico, poderíamos destacar algumas diferenças: as de classe social, as diferenças de etnia, as diferenças de gênero, as diferenças de religião. São diferenças das várias representações e da própria diversidade sócio-cultural, presente naquele campo educacional ou naquela turma, ou naquele aluno em relação ao professor. (FACEIRA, 2008).

³⁷ Muitos dos textos trabalhados nesta monografia partem da edição nº 3 da revista “Em Foco” em sua 1ª reimpressão, o qual serão trabalhados as transcrições das palestras dadas no do I Encontro Estadual de Serviço Social e Educação, realizado nos dias 08 e 09 de julho de 2004, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Ainda de acordo com esta coletânea, em um dos textos, o professor Ney Luiz Teixeira de Almeida, supracitado neste trabalho, menciona como aspectos atuais da população usuária da Educação a inserção de estudantes por meio das políticas de retorno escolar devido ao ECA e também a temática da juventude (ALMEIDA, 2008, p. 34). É conveniente falar sobre tais abordagens feitas pelo professor para o melhor entendimento desta categoria que é o estudante, usuário da Política de Educação. Nela, ele afirma que a re-inserção de estudantes na escola por meio das políticas afirmativas de combate a pobreza, que vem sendo investidas pelos governos nas últimas décadas, ao lado do fato de que a escola e demais políticas públicas, muitas vezes, não oferece a juventude hoje em dia integração com lazer, trabalho e cultura (ALMEIDA, 2008, p. 34), fazem com que estes fiquem mais suscetíveis ao atual processo de transformação da cidadania em consumo, o que demonstra a complexibilidade do objeto de trabalho que o assistente social enfrenta ao se inserir na Política de Educação. Já em diálogo com Freire (FACEIRA, 2008, p. 73) nota-se que estas são características contemporâneas dos estudantes e que não devem ser ignoradas nas intervenções, ao passo que reproduzem as relações sociais do capital, tendo o processo de ensino e aprendizagem como uma ferramenta de debate crítico acerca delas.

O estudante conhecido por ser “diferente” trata-se, portanto, daquele aluno que destoa das normas impostas no ambiente escolar ou daquele contexto sócio-histórico numa perspectiva geral. Como exemplo, podemos citar a diferença de religião, como a autora cita no texto. Em vista da sociabilidade brasileira ser considerada como nação de maioria cristã³⁸, um estudante que pertence à crenças minoritárias, tal como as religiões de matriz africana, espíritas, dentre outras, vai ser considerado um aluno de costumes diferentes.

Ao longo do texto, é problematizado que a resposta dada pelas instituições educacionais quanto à diversidade presente entre a população usuária é a de repreensão, tendo em vista que o ambiente educacional, na atual estrutura sócio-histórica, é uniformizador e massificante. É apontado por ela também que muitas dessas diferenças advém das próprias expressões da Questão Social, o que é comumente esvaziado como "problema individual" de aprendizado e/ou comportamento desses sujeitos-usuários.

Dessa forma, é esperado dos trabalhadores dessa política, incluindo o assistente social, que sua função seja disciplinadora e alheia à concretização do acesso à cultura e a democracia. Por isso, a mesma propõe que, visando o alinhamento aos princípios ético-políticos profissionais, os assistentes sociais devem reconhecer quais aspectos da totalidade se encontram na diferença daqueles sujeitos-usuários, não apenas para propiciar a intervenção qualificada, mas também para se comprometer com a garantia de tolerância e inclusão destas populações na Política de Educação. O assistente social, enquanto profissional comprometido ético-politicamente com a democracia e a justiça social (CFESS, 1993), deve alinhar suas intervenções com a busca pela não violação de direitos e promoção do respeito e valorização das diferenças, seja ela quais forem.

É enfático que a corroboração da exclusão e de condutas preconceituosas ou culpabilizadoras representam a manutenção de expressões da questão manifestada na escola. O projeto do Serviço Social em todos os âmbitos da Política de Educação básica não deve ser de impulsionar ou normalizar o desrespeito às diferenças e a manutenção da exclusão, seja das instâncias do próprio ambiente educacional quanto de qualquer outro espaço.

Ainda partindo de Faceira (2008), pode-se citar o discutido por Paulo Freire (FACEIRA, 2008) quanto aos sujeitos-usuários da Política de Educação. No caso, o autor afirma que o educando não é apenas um receptáculo vazio para a colocação dos

³⁸ De acordo com o Atlas do Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população católica e evangélica somam quase 85% da população brasileira (IBGE, 2011).

conhecimentos da equipe pedagógica, ele também é, em si mesmo, portador de seus próprios conhecimentos, visão de mundo e contexto. Dessa maneira, a postura de mera disciplinarização irrestrita e a concepção de que a escola é unicamente espaço de materializar o processo de ensino-aprendizagem do currículo escolar são equívocas. É possível inferir que o ambiente escolar também é local de integração social, construção política e cidadã e também de manifestação das diferenças.

Nota-se, por meio dessa passagem por Faceira, que, portanto, o conhecimento e o protagonismo dos sujeitos-usuários são importantes para a atuação na Política de Educação, o que termina por dialogar com os postulados por Couto (2009). Ao passo que ambas autoras trazem a importância do projeto ético-político do Serviço Social para a construção das atuações profissionais.

Lobélia apresenta, a partir de Freire (FACEIRA, 2008) que o usuário da Educação traz consigo seus próprios conhecimentos e contextos, de forma que os trabalhadores dessa política devem estar em consonância com tais realidades concretas, enquanto Berenice trabalha com a categoria da indispensabilidade do assistente social incluir os sujeitos-usuários em seu projeto de trabalho (COUTO, 2009), pois assim se faz o controle democrático das políticas inseridas sócio-ocupacionalmente, tal como garante a valorização dessa população nela.

A citação à Paulo Freire feita por Faceira em seu texto e essa possibilidade de mediação com o de Couto (2009) são de extrema essencialidade para entender a real teleologia do trabalho do assistente social na Educação, tanto em termos de lidar com os sujeitos-usuários da política, que são, no caso, estudantes, suas famílias e sua comunidade, e com a equipe multiprofissional e pedagógica do espaço, de forma que o profissional do Serviço Social obtém capacidade e ferramentas para entender, acolher e intervir nas demandas destes públicos e das conjunturas e estruturas educacionais.

A indissociabilidade entre o capital e sua característica fundante nas relações sociais produzidas no sistema capitalista fazem com que, em certos momentos, o trabalho do assistente social na Educação fique atribulado e pragmático. Porém, como bem apresentado pelas autoras e brevemente discutidos no presente capítulo, não se deve olhar os sujeitos-usuários nem a equipe multidisciplinar e sua posição dentro dessa reprodução de maneira abstrata.

É preciso conhecer objetiva e concretamente como o universo daquela escola, dentro daquela comunidade e com aquela população usuária e trabalhadora, funciona. Não apenas porque desta forma se valorizam os entes instituintes da Política de Educação, como dito anteriormente, mas também para qualificar a intervenção no sentido emancipatório, tal qual demanda o projeto ético-político profissional (CFESS, 1993).

Nesse sentido, a escola não deve ser concebida apenas como um espaço de tecnificação para o mercado de trabalho, tampouco reprodutora de paradigmas conservadores e acrílicos ao sistema hegemônico vigente. Ela pode e deve ser eleita, ao menos na percepção norteadora do assistente social, como uma possibilidade de consolidação e garantia de direitos, assim como de proposição de avanços não apenas para a categoria profissional do Serviço Social, mas também dos próprios sujeitos-usuários.

Retomando as conclusões feitas no capítulo um, em consonância com o discutido no capítulo dois, infere-se que o Serviço Social chegou a parâmetros de inserção que o desvelam demandas variadas no campo da Educação, derivadas a partir de expressões da Questão Social, porém, conta também com um leque de potencialidades.

O presente capítulo mostrou que a Educação, mais um vez tal qual as demais políticas sociais, é acometida pelas estrutura e conjunturas capitalistas, de modo que sua reprodutibilidade está ligada também a reprodutibilidade do próprio sistema, mas ela não se esgota apenas como espaço de trabalho limitado ao trabalho acrílico e pragmático, na verdade, ela se revela como campo com grande potencial para a categoria dos assistentes sociais, tanto por suas múltiplas possibilidades de intervenção quanto de apropriação teórica.

Ademais, partindo também do observado pelo presente capítulo, nota-se que a inserção será de fato qualificada a partir do reconhecimento da indispensabilidade do planejamento do Serviço Social no campo da Educação, de forma que não seja menosprezado a necessidade de formular projetos de trabalho independente do espaço institucional³⁹.

Contando com a autonomia profissional fornecida pelo respaldo legal do Serviço Social, assim como sua produção teórica iluminada pela criticidade e incessante defesa da

³⁹ No caso, para fins de melhor entendimento acerca da teleologia dos projetos profissionais, faz-se necessário reforçar com “projeto de trabalho independente do espaço institucional”, a presente monografia se refere à criação de projetos próprios do assistente social a partir de sua autonomia profissional e seu projeto ético-político. Salvo todas mediações feitas no ambiente institucional, a partir das demandas e requisições direcionadas a este profissional sob condição de trabalhador assalariado, o assistente social não deve imprimir no planejamento de sua atuação, necessariamente, os interesses institucionais. Este é um profissional, como comprova Couto (2006) dotado de autonomia, atribuições, competências e legislações que protegem a criação de projetos de trabalho ética e teleologicamente orientados, independente do que a instituição apenas cobra dele.

emancipação humana e direitos sociais, o assistente social tem todos os subsídios para efetivar o planejamento e execução de seus projetos profissionais. Na Política de Educação não seria diferente e, em vista de todo apoio encontrado pelo presente trabalho e expresso na bibliografia básica do mesmo, o Serviço Social conta também com o projeto profissional como ferramenta crucial para o trabalho.

Dito isto, é possível inferir que o planejamento profissional minucioso, assim como a teleologia de caráter crítico no momento de sua formulação são essenciais para inserção tanto em qualquer campo quanto no da Educação, a fim de que não sejam perdidos os ideais construídos no projeto ético político da profissão.

Capítulo III - Atuação do Serviço Social na Política de Educação: panorama das experiências atuais

Partindo dos debates sobre Serviço Social e sua relação com Educação, assim como dos sobre a importância dos projetos profissionais para intervenções ética e cientificamente qualificadas (COUTO, 2009), é imprescindível discutir se a implementação dialoga com a realidade do assistente social da ponta.

Assim, serão devidamente analisados e comparados o posicionamento das entidades de representação profissional quanto às novas legislações sobre o Serviço Social na Educação, a fim de elucidar o quanto suas proposições conversam com o vivenciado por assistentes sociais dessa política já no campo.

Para isso, serão analisadas a institucionalização da Lei 13.935 e sua implementação, assim como os encontrados da pesquisa nas revistas e anais dos eventos da profissão, em especial na 16ª edição do CBAS, ocorrida em Brasília em outubro de 2019.

As edições analisadas tem como objetivo discutir a aproximação do Serviço Social na Educação e o capítulo teve como objetivo analisá-las à luz da legislação também abordada. As experiências profissionais concretas materializam o que visa ser regulamentado e implantado pelo acompanhamento das entidades?

Portanto, em vista do acumulado pelo trabalho até o momento, o presente capítulo tem como intuito apresentar e discutir, sob perspectiva dialética, sobre como se relacionam a atual legislação da inserção sócio-ocupacional do assistente social no campo da Educação e

sua atuação profissional na prática propriamente dita, tentando traçar uma mediação entre o aspecto formal e regular do Serviço Social, com sua prática profissional

As reflexões aqui feitas consideram apenas experiências comprometidas criticamente com a emancipação humana e a construção de uma nova sociabilidade, tal como comanda o CEP (CFESS, 1993) - e que concebem a Educação, assim como demais políticas sociais e compositores da seguridade social, enquanto um caminho para consolidação deste projeto.

3.1. O proposto pelas entidades de representação profissional

Dando seguimento ao trabalho, o presente tópico busca se aprofundar na questão de como foram ou estão sendo as ações de implementação da legislação e regulamentação do Serviço Social na Educação, em particular quanto aos avanços realizados pelas entidades de representação profissional do Serviço Social - no caso, o conjunto CFESS/CRESS.

Para tal, o atual subtópico será dividido da seguinte forma: inicialmente, serão analisados, agora mais profundamente o documento “Subsídios para atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação” (CFESS, 2011), depois, a Lei 13.935/2019 e seu histórico e, por fim, a documentação norteadora “Psicólogos (as) e Assistentes Sociais na rede pública de Educação básica: orientações para a regulamentação da Lei 13.935/2019” (CFP et al, 2021) elaboração conjunta entre CFESS, ABEPSS e entidades representativas profissionais e do ensino e pesquisa de Psicologia no Brasil, tais como o CFP, FENAPSI, ABP, dentre outras.

O objetivo dessa parte do tópico se faz ressonante com a finalidade do próprio capítulo, pois é por meio desta mediação que será possível comparar o quanto o proposto pelas instâncias representativas realmente se aproxima das experiências do trabalho cotidiano e dialoga com a realidade regulamentária da Política de Educação, tal qual a LDB, o ECA, dentre demais já discutidos neste trabalho, assim como com as experiências já existentes.

Antes de adentrar na primeira documentação citada, é importante frisar que esta pode ser apontada como contribuição extremamente importante para o progresso da inserção do Serviço Social no campo da Educação, pois sua existência é um marco histórico depois de anos de esforços da categoria por essa construção. Essa luta é protagonizada por assistentes sociais que queriam aprofundar-se teórico-metodológica, política e profissionalmente no campo da Educação enquanto Serviço Social.

A origem do documento remonta à disputas dentro do conjunto CFESS/CRESS por aprofundamento dos debates sobre o Serviço Social no âmbito da Educação desde o final da década de 90 até os anos 2010 (CFESS, 2012; ALMEIDA, 2008). Como apontado na própria edição do texto aqui analisada - no caso, a do ano de 2011 - o estabelecimento destes subsídios se dá pelo desenvolvimento do interesse pela categoria no campo materializada por ações dos CRESS e posteriormente do CFESS, marcadas pela produção de pareceres e brochuras⁴⁰ sobre a inserção do assistente social na Educação, ainda no começo dos anos 2000. Nesta época, foi-se criado o Grupo de Trabalho “Serviço Social na Educação”⁴¹, inicialmente contando com apenas com a participação CFESS, porém logo integrado pelos CRESSs⁴².

O documento “Subsídios para a atuação de assistentes sociais na Política de Educação” foi elaborado pela organização deste GT, e publicado em 2011. Ele tem como proposta contribuir para sistematização do trabalho do assistente social na Educação, não apenas apontando prováveis avanços devido à sua inserção, mas também ofertando dispositivos à categoria, como ferramentas de levantamentos de dados e realização de reuniões periódicas sobre o campo⁴³.

A exposição feita até aqui buscou apenas enfatizar que as entidades do Serviço Social percorreram e ainda percorrem um complexo caminho no apoio a categoria quanto à sua inserção e apropriação da Política de Educação. Agora, os próximos parágrafos buscarão discorrer mais profundamente sobre os documentos supracitados.

“Subsídios para atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação” busca trazer os aspectos do trabalho do assistente social na Política de Educação articulando-o com as competências e atribuições do Serviço Social, que estão previstas no Código de Ética Profissional (CFESS, 2011; CFESS, 1993), de forma a resguardar que o trabalho do assistente social seja qualificado, primoroso e possa evitar processos de precarização nas especificidades da política.

⁴⁰ Como apontado pelo documento e pelo presente trabalho, em momentos anteriores à instituição do GT de Educação, já existiam documentos norteadores, tal como a brochura “Serviço Social e Educação”, publicado pelo CFESS em 2001.

⁴¹ A criação do referido GT foi deliberada durante o 35º Encontro Nacional do CFESS-CRESS, ocorrido em 2006.

⁴² Este fator pode ser apontado como um grande crescimento no avanço da inserção profissional do Serviço Social na política, ao passo que mais profissionais são alcançados quando as instâncias regionais promovem debates (CFESS, 2011).

⁴³ Tal qual o Seminário Nacional de Serviço Social na Educação, ocorrido em Maceió em junho de 2012.

Seguindo o mesmo raciocínio, ele também vai trazer como a Educação pode ser considerada campo privilegiado para a consolidação dos direitos sociais (CFESS, 2011), e que a partir da inserção sistemática, ou seja, planejada, respaldada e teleologicamente orientada pela ética da liberdade e justiça social, o Serviço Social na Educação possui diversas potencialidades teórico-práticas.

No mais, o presente texto chama atenção para o fato de que o documento busca discutir e elucidar do porquê essa publicação de tão grande importância para a categoria, em especial àquela inserida no campo educacional, se trata de um *subsídio* ao invés de um *parâmetro*, como foram obtidos documentos de tal caráter na política de saúde e de assistência. O argumento, no caso, é o acúmulo ainda incipiente de debates sobre a política, assim como sua própria complexibilidade (CFESS, 2011).

Por fim, antes de se seguir para a legislação específica do Serviço Social na Educação e demais documentos norteadores, é necessário enfatizar que “Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação” (2011) traz também as competências e atribuições como ferramentas para corroborar o assistente social enquanto profissional transformador e eticamente orientado também dentro da política educacional.

Dando continuidade aos achados da pesquisa realizada, o trabalho seguirá seu curso trazendo os aspectos do marco legal que regulamenta a inserção do Serviço Social na Política de Educação de forma propriamente dita: serão discutidos o histórico e a estruturação da Lei 13.935, de 2019. Promulgada em dezembro do mesmo ano, ela estipula a obrigatoriedade da presença de assistentes sociais e psicólogos em toda escola de ensino básico (BRASIL, 2019). Ela também dá o prazo de um ano para sua implementação. Porém, devido às imposições emergenciais postuladas pelo período da Pandemia de COVID-19⁴⁴, o período de efetivação foi adiado.

A história da Lei 13.935 remonta ao de Lei (PL) 3688/2000, apresentada ainda no ano de 2000. Após muitas tramitações ao longo da década, ela foi transformada no Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 60, do ano de 2007, no Senado Federal. (BRASIL, s.d.) Em ambos portais digitais da Câmara e do Senado⁴⁵, é possível consultar os primeiros textos e observar a

⁴⁴ Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou oficialmente a pandemia da COVID-19, o que impulsionou governos ao redor do mundo todo a se mobilizarem para contenção do vírus, em especial com medidas de isolamento, uso de máscaras e maior higienização.

⁴⁵ Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=20050>> e <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/82215>>. Acesso em 19 jul. 2023.

trajetória do projeto entre as casas até se consolidar como uma Lei promulgada, quase duas décadas desde sua primeira discussão.

Adentrando na questão do impacto e financiamento da implementação da Lei 13.935, faz-se indispensável discutir, ainda que brevemente, o FUNDEB. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) é um fundo destinado ao aprimoramento da Política de Educação em cada estado e no Distrito Federal, e sua regulamentação mais recente vem da Lei 14.276, de 2021. Assim, o instituído pelo FUNDEB abarca os psicólogos e assistentes sociais lotados na Educação em receberem seus recursos, inclusive remuneração, a partir de 30% do fundo (BRASIL, 2021).

Em vista do discutido anteriormente, é indispensável abordar a publicação “Psicólogos (as) e Assistentes Sociais na rede pública de Educação básica: orientações para a regulamentação da Lei 13.935/2019”, resultado de uma colaboração entre entidades do Serviço Social e da Psicologia, incluindo ambos conselhos federais e suas instituições de ensino e pesquisa⁴⁶.

O documento tem como objetivo nortear futuras ações dos profissionais de Serviço Social e Psicologia nessa ampliação de sua inserção⁴⁷ e fornecer subsídios para sua atuação⁴⁸. Nesse sentido, a publicação traz à ambas categorias a possibilidade do trabalho conjunto e da articulação multidisciplinar, tanto com os sujeitos-usuários da política quanto com suas instituições empregadoras e demais trabalhadores da Educação.

É interessante que as entidades de ambas categorias mencionadas na Lei 13.935 se articulem, tanto nas dimensões técnico-operativa quanto teórico-metodológica, a fim de aprimorarem suas respectivas intervenções. Como mencionado anteriormente, o Serviço Social considera que ainda possui aporte teórico muito tímido para institucionalizar parâmetros de atuação na Política de Educação. Contudo, sua colaboração com a Psicologia é

⁴⁶ Tal como é a, já mencionada, ABEPSS em relação ao Serviço Social, a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) é uma entidade que resguarda a formação qualificada e científica e eticamente orientada em Psicologia. O documento contou com outras duas representações da Psicologia em sua formulação, sendo estas, no caso, a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE) e a Federação Nacional de Psicólogos (FENAPSI).

⁴⁷ Como previamente mencionado nos capítulos anteriores - e também no documento referido e bibliografia básica deste trabalho - já existe inserção sócio-ocupacional de Serviço Social e Psicologia em instituições de ensino básico. Porém, sua atuação não é solidamente regulamentada e tampouco obrigatória, sendo tímida em ambas categorias (CFP, 2019; CFESS, 2011), em especial no caso de assistentes sociais.

⁴⁸ O documento possui uma minuta de regulamentação da Lei 13.935/19, os marcos legais e um modelo de ofício atualizado. Todos estes instrumentos são úteis a estas categorias, pois já adiantam aos profissionais parte do trabalho que será lutar pela inserção qualificada, sem precarizações e capaz de defender compromissos éticos e projetos de trabalho.

uma estratégia bastante proveitosa no quesito de qualificar essa inserção, contribuindo para o reconhecimento do assistente social como parte possível, também, de uma equipe educacional multidisciplinar.

O documento também apresenta um relatório das atividades realizadas pelo conjunto, com seu início datado em janeiro de 2020, seguindo-se até abril de 2021 (CFP, CFESS, 2021). Essa articulação foi organizada e iniciou suas movimentações pouco depois da promulgação da Lei 13.935, ocorrida em dezembro do ano de 2019, o que denota a rapidez das entidades em disputar a implementação da Lei com o Estado.

No que se cerne às atividades realizadas, destacam-se:

- 15/01/2020 - Reunião do CFP, ABRAPEE, ABEP e FENAPSI para elaborar o subsídio para regulamentar a Lei no 13.935/2019, em São Paulo.
- 28/01/2020 - Reunião com a Associação Brasileira de Municípios - ABM
- 05/02/2020 - Reunião com a União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME [...]
- 05/02/2020 - Reunião com o Ministério da Educação - MEC: O Secretário de Educação Básica informou que a Educação Básica é atribuição de Estados e Municípios e nos orientou dialogar com a Undime e o Consed.
- 12/02/2020 - Reunião com a Casa Civil da Presidência da República: A Casa Civil ficou de agendar reunião interna do governo para discutir o tema.
- 12/02/2020 - Reunião com a Frente Nacional de Prefeitos - FNP: Representa as prefeituras de capitais e grandes cidades.[...].
- 19/02/2020 - Reunião com o Conselho Nacional de Secretários de Educação - Consed, Maria Cecília Motta, Presidente do Consed e Secretária de Educação do Estado do Mato Grosso do Sul. [...]
- 03/03/2020 - Reunião com o Núcleo de Educação do Congresso Nacional
- 04/03/2020 - Audiência com a deputada Professora Dorinha Seabra
- 10/03/2020 - Audiência Pública sobre o Fundeb no Senado Federal.
- 07/07/2020 - O CFP passou a integrar o Fórum Nacional Popular de Educação-FNPE
- 24/08/2020 - Oficina de Formação de Multiplicadoras(res)
- 11/09/2020 - Enviados Ofícios [...]
- 14/09/2020 - Live da Psicologia e do Serviço Social nas Escolas
- 27/10/2020 - Reunião com o Presidente União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME)
- 28/10/2020 - Reunião com a Associação Brasileira de Municípios (ABM)
- 29/10/2020 - Reunião com a Confederação Nacional de Municípios (CNM) Novembro e dezembro de 2020 Articulação com o Fundeb [...]
- 18/11/2020 - Reunião do Sistema Conselhos de Psicologia
- 20/11/2020 - Reunião com a Confederação Nacional de Trabalhadores na Educação (CNTE) sobre o Fundeb
- 02/12/2020 - Webinário com Associação Brasileira de Municípios (ABM)
- [...] Fevereiro, março, abril, maio de 2021 - Reuniões da Coordenação Nacional (CFP, CFESS, ABEP ABRAPEE, ABEPSS e FENAPSI) para avaliar e monitorar as ações.

Nota-se que durante certo período de tempo, no ano de 2020, as ações realizadas pelos articuladores ficaram um pouco paradas. Tal fato é atribuído devido à Pandemia de Covid-19. É frisado também que certos momentos de discussões também citados pelos

autores são ainda do final de 2019, perto da publicação da Lei, em especial relacionados ao financiamento, que teoricamente será feito, como mencionado, pelo FUNDEB:

24/10/2019 - Articulação com o FUNDEB - Reunião com a Bancada Feminina do Congresso Nacional, [...] 2019. A Deputada Professora Dorinha Seabra, relatora do Fundeb assumiu o compromisso de incluir o pagamento das psicólogas e assistentes sociais no Fundeb.

O enfático no presente trabalho em relação ao guia mencionado, são as orientações de caráter ético-político apresentadas aos psicólogos e assistentes sociais ocupantes e que pretendem se ocupar no campo da Educação. Seguindo a lógica dos códigos de ética de ambas profissões (CFESS, 1993; CFP, 2005), “Psicólogos (as) e Assistentes Sociais na rede pública de Educação básica: orientações para a regulamentação da Lei 13.935/2019” rumo a preservar o caráter emancipatório da Educação (CFP et al, 2021), chamando atenção para a importância de projetos de trabalho que promovem a inclusão social, o respeito à diversidade, o incentivo a democracia, a abolição das violências e desigualdades, a paz, a justiça social, a liberdade e a socialização das riquezas materiais e imateriais socialmente produzidas

Dado o exposto no subtópico até o dado momento, é possível concluir que as entidades de representação profissional máxima do Serviço Social, seja no âmbito federal, com o CFESS, quanto nos regionais, com os CRESSs, vem se esforçando para conseguir manter um ritmo de acompanhamento qualificado para com a categoria, tentando trazer cada vez mais contribuições neste sentido

É muito interessante que as entidades de representatividade profissional diferentes, como o CFP, estejam articulando-se entre si para garantir uma inserção segura e bem feita tanto ao Serviço Social quanto a suas respectivas profissões, o que garante não apenas isso mas também avanços para as políticas de intervenção, no caso aqui, a Educação

Assim, é possível concluir que o conjunto CFESS-CRESS instituiu muitos dispositivos que visam auxiliar o Serviço Social dentro de sua atuação educacional. Grupos de Trabalho, comissões, documentos, dentre demais instrumentos e instrumentais são constituídos e ficam a disposição da categoria, de forma que as entidades também continuam a trabalhar pelo aprimoramento da inserção do assistente social na Política de Educação.

Enfim, antes de terminar o capítulo, a presente monografia saúda e deixa como indicação de leitura indispensável, devido a sua atualidade, o documento “Diálogos do Cotidiano – assistente social: reflexões sobre o trabalho profissional - caderno nº 4”, o qual pode ser considerada a bibliografia mais nova publicada pelo CFESS no momento da escrita deste trabalho, mas que não chegou a ser trabalhado aqui.

Esse documento traça “o percurso, os movimentos e a luta da categoria, construída ao longo da história pela garantia e legitimidade da atuação das/os assistentes sociais neste campo da política educacional brasileira.” (CFESS, 2023), tendo como objetivo discutir, dialeticamente, acerca da inserção do serviço social agora de maneira mais próxima à promulgação e implementação da Lei 13.935/19, resgatando, também, a memória das lutas pelo Serviço Social na Educação.

3.2. O trabalho do assistente social na ponta: experiências de inserção do Serviço Social na Educação

Em vista do proposto no início do capítulo, os parágrafos seguintes buscam discutir as experiências dos assistentes sociais inseridos de forma sócio-ocupacional na Educação, articulando-as com as discussões anteriormente vistas, sobre projeto profissional e o caráter da Política de Educação enquanto projeto de sociabilidade em igualdade com o projeto ético-político profissional do Serviço Social.

Busca-se também discorrer acerca da atuação do Serviço Social na linha de frente do campo da Educação, a fim de comparar a inserção profissional atual com a legislação existente e nova e o proposto pelas entidades profissionais como parâmetros para ajudar na regulamentação e no emprego sócio-ocupacional de assistentes sociais na Política de Educação.

Vale ressaltar que essas experiências da ponta, mesmo não sendo devidamente implementadas a partir de uma regulação, como vai ser o caso dos novos empregos que surgirão com a prática da Lei 13935/19, são de extremo impacto ao serem socializadas, ao passo que sua importância torna-se evidente por elas conterem muitas expressões da Questão Social de natureza diversa, que já são notadas na área da Educação (CRESS, RJ, 2008), mas que em muitos locais que não contam com a presença de nenhum assistente social, ficam assoladas por elas, sobrecarregando a equipe pedagógica e os sujeitos-usuários.

Nesse sentido, é de suma importância socializar e enfatizar essas experiências, devido às mesmas representarem, assim, tanto uma novidade para o Serviço Social enquanto categoria e profissão inserida por regulamentação obrigatória, ao mesmo tempo que não, pois os profissionais aqui citados já lidam com a área da Educação enquanto campo de consolidação de direitos e desenvolvimento do Serviço Social a bastante tempo. Assim, observa-se a necessidade de estreitamento da relação entre Serviço Social e Educação, no sentido de amadurecimento da mesma.

3.2.1. As demandas ao Serviço Social na Educação

As páginas a seguir tem como intuito discutir o funcionamento do trabalho do assistente social na Educação de acordo com a pesquisa. Quais aspectos fundamentais e particulares constituem a atuação do Serviço Social na Política de Educação, em vista de estar presente porém ainda não, devidamente, tão sólido nem regulamentado?

A pesquisa realizada para este TCC contou, como já anteriormente mencionado, com um levantamento bibliográfico de artigos sobre a realidade profissional na Educação. Em sua maioria foram encontrados artigos científicos, em particular publicados nos anais do 16º CBAS, ocorrido em Brasília no ano de 2019. Com base nesses achados, serão discorridos a frente as demandas, instrumentais, aspectos cotidianos, potencialidades e desafios relatados pelos profissionais de Serviço Social que mais chamaram a atenção quanto ao tema da pesquisa.

Contando com experiências de estágio, trabalhos de conclusão de curso, entrevistas em campo, dentre demais maneiras de inserção, os autores encontrados neste levantamento trouxeram muitas das possibilidades de intervenção dos assistentes sociais nesta política, além de demandas variadas tanto dos sujeitos-usuários quanto dos trabalhadores da mesma.

Como já discutido nos capítulos prévios, a Educação é social (ALMEIDA, 2008; LEAL, 2008) e dessa forma, as expressões da Questão Social se desvelam também nesta Política Social. Enquanto ela, seja no âmbito estatal ou de mercado, tenta responder a estas expressões e fazer a reprodução da sociabilidade vigente, o assistente social é um profissional que trabalha diretamente no meio desta tensão, de maneira que atua em defesa do elo mais fraco desta disputa ao mesmo tempo que tem de se reproduzir enquanto trabalhador,

atendendo aos interesses de suas instituições empregadoras, o que torna seu trabalho complexo.

É necessário recapitular esses aspectos teoricamente consensos acerca da profissão para entender a atuação do assistente social não apenas num geral, mas também na Educação, ao passo que as experiências aqui analisadas demonstram essa realidade concreta na vida profissional e na operação desta Política Social.

O Serviço Social na Educação básica, empregado tanto dentro do ensino de caráter público-estatal quanto em estabelecimentos educacionais privados (filantrópicos/ religiosos ou empresariais), pode até reproduzir algumas lógicas sistêmicas como estipulam essas instituições. Porém, como veremos adiante, são abertas também ao assistente social, por meio de uma atuação assegurada e eticamente orientada, possibilidades de materialização de discussões e atividades que estimulam o pensamento emancipatório, consolidando a garantia do direito de uma Educação democrática, inclusiva, crítica e que rumo para construção de uma sociabilidade livre de explorações do homem pelo homem.

Portanto, serão discutidas agora, efetivamente, quais demandas concretas são entregues ao Serviço Social⁴⁹ pesquisado durante a elaboração deste trabalho. Destas, as que mais se destacaram foram as seguintes: mediação do conflito entre família e estudante, conscientização sobre violência (urbana, doméstica, sexual, dentre outras), uso e abuso de drogas lícitas e ilícitas, combate ao *bullying*, dificuldades no aprendizado, evasão escolar, respeito à diversidade LGBTQIA+, PCD, dentre outras e conscientização e acolhimento acerca de problemas de saúde mental.

Neste momento, o discorrido por Xavier et al (2019) é ótimo para ilustrar sobre como se dão as experiências do Serviço Social em instâncias de Educação enquanto lida com as demandas previamente apontadas. O texto referido surgiu a partir da inserção dos autores no projeto de extensão “Escola e Universidade: o caminho para a cidadania”, desenvolvido pelo bacharelado em Serviço Social da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras (FAFIC) em conjunto com duas escolas públicas de ensino básico do município de Cajazeiras - PB. No intuito de analisar a intervenção do Serviço Social, os estudantes de graduação

⁴⁹ No caso, o presente texto se refere à “Serviço Social” ao invés de, somente, “assistentes sociais” em vista que nem todos autores dos textos pesquisados são assistentes sociais propriamente ditos, tampouco profissionais lotados no campo da Educação. Na verdade, a maior parte deles se trata de estudantes pesquisadores, de graduação e pós-graduação que estão pesquisando com suas próprias metodologias e em diferentes instituições e instâncias da política educacional, sobre a inserção sócio-ocupacional do Serviço Social neste contexto. Contam-se também com a colaboração de professores, ex-estagiários e também profissionais do campo propriamente ditos.

conseguiram identificar como essas expressões da Questão Social se manifestam dentro do campo, traçando, daí, estratégias de enfrentamento:

[...] as ações foram desenvolvidas a partir de oficinas, debates e dinâmicas a exemplo de Bullying, Rótulos e Violência na Escola; Drogas Lícitas e Ilícitas; Respeito, Violência Sexual e Direito das Mulheres, que foram selecionados pelas coordenadoras do projeto e pela coordenação das escolas estaduais a partir de estudo social." (XAVIER et al, 2019).

Os relatos se repetem no discutido por Rabelo e Santos (2019):

As demandas que competem à intervenção do Assistente Social no CINTRA, referente ao âmbito institucional está envolta a diversas problemáticas, como uso de álcool e drogas, situações envolvendo conflitos emocionais, bullying, prática de cutting (automutilação), vínculos familiares rompidos, violência, dentre outros. (RABELO & SANTOS, 2019).

Com base em experiência de estágio supervisionado, as autoras apresentam que a experiência do Serviço Social se está para além de casos em que o papel do assistente social é restrito a análise sócio-econômica - nem mesmo na política de assistência estudantil é assim. Na experiência de estágio supracitada no capítulo anterior, a autora e ex-estagiária presenciou o projeto de intervenção de uma colega do Serviço Social, o qual tinha como propósito a instituição de grêmios estudantis no *campus*.

Portanto, nota-se que a intervenção do assistente social na Educação, inclusive no âmbito da política de assistência estudantil, é perpassada pela possibilidade de realização de outras atividades para além da avaliação socioeconômica, sendo uma delas, assim como é demonstrado no presente trabalho, a formação política e incentivo a representatividade dos sujeitos-usuários.

Ademais, a diferença que o Serviço Social faz na Política de Educação também pode alcançar na mediação de conflitos e tensões resultantes das estruturas sociais conservadoras brasileiras, tal como LGBTQIAfobia, gordofobia, xenofobia, capacitismo e demais perseguições sistemáticas configuradas como *bullying*.

Enfim, para além dessas, o Serviço Social também busca se articular com as políticas de saúde, segurança pública e com o mundo do trabalho, incentivando que seus sujeitos-usuários reflitam criticamente sobre o uso de drogas, sexualidade, gravidez, criminalidade, trabalho, importância da permanência escolar e da formação estudantil e política. Dentre demais temas que concernem crianças e adolescentes quanto à preservação e expansão de seus direitos (BRASIL, 1990), o assistente social no âmbito educacional é um profissional comprometido com princípios de tornar o ambiente escolar mais seguro e socialmente justo.

Porém, destacam-se, também, para além das problemáticas supracitadas, as demandas relacionadas à saúde mental. O presente texto busca chamar atenção para as mesmas devido à novidade dupla que desafia o Serviço Social em sua dimensão técnico-operativa, pois tanto a área da Educação quanto a de saúde mental não são largamente ocupadas profissional nem teórico-metodologicamente. Portanto, é interessante observar a complexibilidade da Política de Educação, ao ser perpassada por facetas da Questão Social bastante diferentes entre si.

Na bibliografia apresentada neste subtópico, muitas são as vezes que os relatores apontam violações e debilidades da saúde mental de estudantes como demanda encaminhada ao Serviço Social. Rabelo e Santos (2019) vão trazer, por exemplo, o quão comum é a prática de automutilação em sua instituição de atuação, em especial com adolescentes do ensino médio (RABELO & SANTOS, 2019). Por isso, o presente momento do texto busca reforçar, mais uma vez, acerca da importância da articulação entre Serviço Social e Psicologia.

3.2.2. Demais aspectos da atuação: articulação, formação política e trabalho multidisciplinar

Continuando o subtópico sobre aspectos do trabalho do assistente social, os seguintes parágrafos seguirão adentrando nas potencialidades da prática profissional em meio a política educacional. No caso, são apontadas como tais: a capacidade de articulação com a rede socioassistencial (COUTINHO, 2008; VIZGARRA, VIZGARRA & ALMEIDA, 2019) e de trabalho multidisciplinar com demais trabalhadores da Educação (VIZGARRA, VIZGARRA & ALMEIDA, 2019; FEDALTO et al, 2019).

A bibliografia revela a importância da articulação. É mostrado como o assistente social é um profissional capaz de promover colaborações que muitas vezes não seriam possíveis sem sua presença no quadro de trabalhadores lotados nas instituições educacionais, pois esta característica muitas vezes extrapola ou sobrecarrega o corpo pedagógico, de forma que este processo aumenta as chances de vulnerabilização dos sujeitos-usuários.

Coutinho (2008) consegue evidenciar que a inserção do Serviço Social no campo e instituição analisadas é bastante construtiva. Observa-se que estão presentes nessa atuação, de maneira central, diretrizes que enfatizam o protagonismo dos sujeitos-usuários, a criação de redes de articulação da população atendida, a conscientização acerca da importância da formação política e concepção de Educação como valor importante para a vida dos cidadãos.

Apresentando a participação sócio-ocupacional de assistente social em uma ONG de caráter educativo no complexo da Maré - RJ, a autora enfatiza que a formação política dos sujeitos-usuários é essencial para preservação do caráter crítico da política educacional. Dessa forma, demonstra-se que a atuação qualificada do assistente social na Educação, em termos de promover o acesso à direitos e a cultura, é uma possibilidade concreta independente da natureza de sua instituição empregadora (COUTINHO, 2008).

Já Vizgarra, Vizgarra e Almeida (2019), a partir de pesquisa quantitativa com instituições de ensino em um município de São Paulo, demonstram que a rede socioassistencial muitas vezes, apesar de conhecida por muitos profissionais já da Educação - como professores, orientadores e gestores escolares - não era alcançada por estes não saberem como ela funciona (VIZGARRA, VIZGARRA & ALMEIDA, 2019). Nesse sentido a presença de um assistente social seria de bastante utilidade, ao passo que o Serviço Social seria capaz de promover a aproximação delas com as escolas pesquisadas.

Ainda no resultado da mesma pesquisa feita no artigo, foi-se observado que a maior parte dos trabalhadores da Educação não possuíam assistentes sociais em suas escolas, metade (42%) sequer sabiam que este profissional poderia ser inserido neste espaço. Porém a maioria considera sua presença essencial. Posto isto, é indispensável se aprofundar acerca da importância do trabalho multiprofissional entre assistentes sociais e a equipe pedagógica.

Ainda em diálogo com Coutinho (2008), tal desvelação também pode ser vista, ao passo que o time de trabalho que a autora chama de “equipe social” é composta por assistentes sociais e psicológicas (COUTINHO, 2008). Dessa forma, se observa o quanto essa característica de atuação multidisciplinar é fundamental para a inserção do Serviço Social na Educação, sendo parte das experiências concretas recorrentemente.

A colaboração interdisciplinar é um tipo de articulação fundamental para a prática profissional do Serviço Social na Política de Educação. Não apenas por que por meio delas o assistente social consegue apreender e intervir melhor em demandas que muitas vezes a equipe escolar já instituída ainda não consegue, mas também por ela promover a valorização e visibilidade do Serviço Social, e também aprimorar a política numa perspectiva de totalidade, materializando princípios éticos de atuação não só da categoria do Serviço Social mas também da própria Educação⁵⁰.

⁵⁰ Recapitulando o postulado no Código de Ética do Serviço Social, onde a seção de “Princípios Fundamentais” outorga no princípio nº 10: “Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional”. De tal forma, a própria LDB em seu art. 9º postula que o Estado e o sistemas de ensino, devem melhorar a qualidade da Política de Educação constantemente (BRASIL, 1996).

Um dos artigos que pode exemplificar o melhoramento da Política de Educação através da intervenção do Serviço Social é o de Fedalto et al (2019), que vão propor o estudo de caso de uma capacitação feita por assistentes sociais com trabalhadores da Educação do Estado do Ceará (FEDALTO et al, 2019), acerca da violação de direitos de crianças e adolescentes no estado, em especial no que cerne à violência sexual e ao homicídio.

Com os avanços obtidos pela intervenção, os autores defendem que a presença do assistente social dentro da escola não apenas promove maior articulação entre a citada rede de proteção socioassistencial e a comunidade escolar - em especial aos sujeitos-usuários, que são os principais beneficiados pela capacitação realizada com os educadores - mas também que o olhar teórico-metodológico acumulado pela profissão do Serviço Social, eleva sua intervenção no contexto escolar ao nível de identificar e responder demandas que estão além da função disciplinar na escola.

Isso justifica-se ao se observar que é a participação de assistentes sociais na capacitação de educadores que delinea quais são as expressões da Questão Social existentes na vida de crianças e adolescentes vítimas de violência, assim como explica, mais qualificadamente, como estas afetariam seu acesso e permanência na Política de Educação. Conclui-se, assim, que o papel do Serviço Social na Educação, levando em conta seu conhecimento em relação à Questão Social e sua capacidade de trabalhar de maneira interdisciplinar, múltipla e articulada, é de urgência em muitos contextos que assolam a realidade da escola no Brasil.

A presente linha de raciocínio se encerra discorrendo, brevemente, sobre o instrumental do encaminhamento. Este foi deixado por último não por menosprezo ou diminuição de sua importância, mas sim por ser conhecido na categoria do Serviço Social com bastante propriedade em praticamente todas suas políticas de inserção e apropriação teórica, não apenas na Educação. Contudo, ainda é necessário enfatizar que, na realidade, este é de enorme crucialidade para o assistente social inserido na política educacional, pois é por meio dele que se efetivam as articulações e, como já discutido aqui, esta é fundamental para o trabalho do Serviço Social na Educação.

Agora, a monografia buscará uma mediação mais profunda entre os achados da pesquisa e os processos de criação de projeto profissional, que foram o principal objeto de reflexão no capítulo dois deste trabalho. Para tal, serão apresentadas uma das experiências aqui descritas, encontradas aqui no capítulo três e que ilustram os aspectos da inserção profissional na Educação.

Nesse sentido, é resgatado, mais uma vez, a definição do projeto profissional para Couto (2009), a fim de qualificar o debate acerca da empregabilidade de projetos profissionais para a experiência sócio-ocupacional. Faz-se necessário empregar os postulados por ela neste momento nas bibliografias utilizadas, em vista de reforçar a importância, mais uma vez, dos projetos profissionais⁵¹.

De início, é válido citar que Couto (2009) coloca a importância do passo a passo sugerido por ela em seu texto, porém a autora enfatiza que suas colocações não são finais tampouco de limitação para o trabalho do assistente social (COUTO, 2009) são sugestões feitas para que o assistente social tenha subsídios capazes de sustentar o seu próprio projeto ético-político frente às requisições institucionais.

No mais, necessita-se resgatar, rápida e novamente, sobre do que se trata o projeto profissional para a autora, a fim de fomentar o debate com os subsídios sugeridos por ela. Como coloca Couto (2009): “É preciso fugir das improvisações [do trabalho], é imperioso planejar o trabalho, dar-lhe sentido teleológico” (COUTO, 2009, grifo nosso).

Nesse sentido, é possível observar tanto o que a autora coloca como justificativa para a necessidade de projetos profissionais, quanto como fazê-los. É questão de planejar criticamente a atuação, reconhecendo-se como trabalhador assalariado e imprimindo em suas intervenções os princípios ético-políticos do Serviço Social (COUTO, 2009).

Ela coloca como a criação dos projetos é um desafio muito grande aos profissionais, enfatizando, como inclusive foi discutido no presente trabalho, sobre como o pragmatismo profissional afeta a capacidade crítica e criativa do assistente social. Neste sentido, o que a autora argumenta enquanto projeto é o próprio planejamento profissional em si.

Como elementos constitutivos do projeto, são enfatizados a necessidade de conhecimento, pelo assistente social, não apenas da instituição, mas também dos sujeitos-usuários, da equipe multiprofissional e restante da instituição, assim como de toda conjuntura daquele momento. É indispensável também a estipulação de metas realisticamente exequíveis, além do uso consciente e bem aproveitado dos recursos (COUTO, 2009).

Os trazidos por Couto (2009) quanto aos elementos consecutivos propriamente ditos dos projetos profissionais, ou seja, das intervenções, e os quais ela explica através de uma tabela, além do corpo do texto (COUTO, 2009), se consistem em: objeto, objetivo, metas, indicadores e avaliação. Com a implementação do projeto, indispensavelmente, à luz do método materialista histórico-dialético.

⁵¹ Visa-se enfatizar também a indispensabilidade de sistematizar a prática profissional (ALMEIDA, 2006), como chegou a ser mencionado em alguns momentos na presente monografia.

Tabela 1 - formulação do projeto profissional (COUTO, 2009).

Código de ética (1993)	Lei nº 8662/93	Projeto de trabalho				
		Objeto	Objetivos	Metas	Indicadores	Avaliação
Princípios do Código que devem balizar a proposta.	Prerrogativas da lei que embasam a proposta.	Manifestações da Questão Social que deverão ser enfrentadas no projeto.	Objetivos que indicam o que pode ser esperado com a intervenção profissional.	Aonde se busca chegar. É importante e quantificar, deixar claro quais metas deverão ser atingidas.	Identificação dos indicadores que serão utilizados para a intervenção e avaliação do processo.	É fundamental explicitar a forma de avaliação do projeto proposto. Lembrar-se do espaço para participação da população usuária.

Fonte: “Formulação de projeto de trabalho profissional” (COUTO, 2009, p. 661)

Assim, como coloca Couto (2009), a organização do projeto se dá pelo conhecimento do objeto da intervenção, ou seja, e como foi mencionado anteriormente, faz-se necessário conhecer os aspectos institucionais e dos sujeitos-usuários. Qual objetivo da instituição, como ela funciona, como é a comunidade atendida, qual perfil dos sujeitos-usuários, como se aproximar deles, dentre outras questões relacionadas à construção do objeto de intervenção, ou seja, qual política requisita a atuação do assistente social, quais direitos serão consolidados a partir de seu trabalho - no caso aqui, trata-se da Política de Educação e o acesso à ela.

Os objetivos e metas se tratam do que quer ser alcançado pelo profissional com base naquela intervenção. Nesse sentido é válido citar que cada projeto profissional é resposta para sua respectiva demanda, daí um dos sentidos de não ser pragmático em sua atuação. É necessário entender e colocar quais objetivos específicos são relacionados à demandas particulares, não sendo os mesmos instrumentos, por exemplo, usados em um projeto necessariamente iguais ou úteis em outros. Nesse sentido, estes dois elementos do projeto se ligam às especificidades de cada demanda, assim como à quantificação dos objetivos da intervenção.

Já quanto aos indicadores, observa-se que estes fazem o controle da qualidade e profundidade da intervenção. Por meio dele, é possível indicar como será medido o impacto do trabalho profissional, em vista de sua característica de expressar, a partir de parâmetros de qualificação, também estipulados pelo profissional⁵², o quanto a intervenção terá efetividade, de acordo com os objetivos e metas.

Enfim, faz-se necessário para esta rápida discussão acerca dos elementos constitutivos do projeto profissional, o debate acerca, também, das avaliações destes projetos e intervenções. Pois é por meio delas que ficam registradas as experiências, servindo estas de modelo e contribuição na construção das políticas e formas alternativas de se relacionar socialmente em relação ao capitalismo.

Por exemplo, a construção de hortas escolares, guiadas por assistentes sociais em uma instituição de Educação, em articulação com órgãos e entidades que trabalham em cima da política de segurança alimentar e ambiental. Seria um ótimo jeito de fomentar tanto a Política de Educação quanto a de segurança ambiental e alimentar, e socializar essa experiência depois de sua implementação é importante tanto para mantê-la seguindo quanto colaborar com o debate e a luta por aquelas políticas.

No mais, a presente monografia não deixa de falar da importância dos recursos para a criação dos projetos profissionais. Estes não se encontram na tabela discutida no tópico e já foram rapidamente citados no capítulo anterior. Mas é indispensável analisá-los enquanto elementos de extrema crucialidade para a construção dos projetos, ao passo que, dependendo do projeto, os recursos utilizados, como material e dinheiro, desvelam se a intervenção planejada é, de fato, exequível.

Assim, se observa, mais uma vez, que o projeto profissional, enquanto instrumento de trabalho, representa um certo nível de desafio ao Serviço Social, porém também de potencialidades destes profissionais. Como colocado por Couto:

O projeto de trabalho assim construído materializa o compromisso profissional e tem a possibilidade de lhe conferir substância política. Esse caminho poderá levar a ruptura com o papel de “executor terminal de políticas sociais” (NETTO, 1990), materializando uma identidade profissional que responde com produção de conhecimento, pela tarefa de planejar, assessorar e propor intervenções na realidade social (COUTO, 2009, p. 658).

⁵² Nesse momento, o presente trabalho enfatiza a necessidade do trabalho coletivo, no sentido de valorizar tanto o trabalho multiprofissional quanto da categoria de Serviço Social como um todo. Por meio da socialização de experiências, por exemplo, é possível construir melhor parâmetros de atuação qualificada, a partir do debate com demais assistentes sociais. Similar ao que a experiência de estágio da autora e seus colegas tentou fazer, e como é promovido pelas entidades profissionais, como CFESS, CRESS, ENESSO e ABEPSS, com seus encontros e seminários diversos.

Tal passagem ajuda a compreender o significado sócio-político e ético do projeto profissional, ao passo em que este, apesar de representar mais exigências ao profissional de Serviço Social, promove a ele e à toda categoria, também, robustez teórico-prática, tirando o assistente social do estigma de apenas um condutor e interventor por meio das políticas sociais, mas elege-o a transformador da realidade.

Nesse sentido, os próximos parágrafos buscam se utilizar do modelo de Couto (2009) para esboçar uma tentativa de um projeto teleológico de trabalho, o que termina por ser, no fim, um exercício duplo tanto de planejamento profissional quanto de sistematização da prática de trabalho. É interessante realizar tal atividade para os fins da presente pesquisa, pois é por meio de reflexões teórico-metodologicamente orientadas que a presente monografia busca socializar seus achados e contribuir para a discussão acerca da aproximação entre Serviço Social e Educação.

Como Couto (2009) postula os aparatos jurídicos, que são construções sócio-históricas da profissão, como instrumentos do profissional de Serviço Social que o respaldam, nota-se que o projeto ético-político profissional se materializa na organização da profissão frente a sua própria atuação, sendo sistemática a intervenção (COUTO, 2009). Dessa maneira, é indispensável para a presente discussão deixar de tentar sistematizar as práticas supracitadas a partir da lógica de formulação dos projetos.

A experiência escolhida para ser submetida à tabela de Couto (2009) é a de Fedalto et al (2019). A supracitada capacitação dentro de instituição educacional é bastante interessante para análise sob a ótica da construção de projetos profissionais, em vista de que, para tal, os assistentes sociais envolvidos devem conhecer a rede socioassistencial e desenvolver certo nível de formação política para com a equipe multiprofissional.

Nesse sentido, seria crucial o planejamento minucioso desta intervenção, ao passo que a mesma não poderia ter sido realizada se não tivesse sido minimamente pensada, fora dos parâmetros do pragmatismo, e nem se não estivesse em consonância com o projeto ético-político profissional:

[...] a escola impõe uma cultura, um modo de ser e pensar em detrimento de outros, sem dar aos alunos a liberdade de se expressarem ou pensarem por si. [...] De forma dialética, a escola também é capaz de dar discernimento para que este indivíduo perceba quando está sendo vítima e assim tornar-se um ator social em luta contra a imposição da sociedade, pois a “Educação como prática da liberdade” (FREIRE, 2019), tem caráter reflexivo, com o intuito de desvelar a realidade em uma concepção histórica e protagonizada por sujeitos políticos. Esta é a concepção de Educação que está em sintonia com o projeto ético-político do Serviço Social, uma Educação entendida como um complexo que forma as dimensões da vida social com a capacidade de humanizar.” (FELDATO et al, 2019, p. 4).

Pelo visto, percebe-se que os autores desta intervenção reconhecem a característica de contradição presente na Política Social de Educação, o que materializa conhecer de perto a política na qual se atua, tal qual sugere o planejamento profissional (COUTO, 2009). A seguir, é colocada uma simulação de como ficaria uma tabela com os aspectos de planejamento no caso desta intervenção, a partir dos elementos constitutivos e da tabela realizada por Couto (2009).

Tabela 2 - simulação de formulação do projeto profissional para Fedalto et al (2019).

Código de Ética 1993	Lei 8662/93	Projeto de Intervenção				
		objeto	objetivo	metas	indicadores	avaliação
Conformidade com os princípios de defesa da classe trabalhadora.	Prestação de orientação a diversos segmentos populacionais. No caso, profissionais da Educação do Estado do Ceará.	Violação de direitos de crianças num determinado recorte geográfico (Estado do Ceará).	Expor, debater e educar esses profissionais quanto à violações como abuso sexual, violência e presença do homicídio na vida dessa população	- Enfatizar a importância de discutir os temas propostos em ambiente escolar - Trazer conscientização quanto a expressões da Questão Social, como abuso sexual e diferentes tipos de violência - Realizar atividade de capacitação - Fortalecer a rede socioassistencial	- A não reprodução de estigmas e preconceitos, nem do silêncio em relação aos assuntos tratados. - Mais campanhas sobre dentro do ambiente escolar.	Acompanhamento sistemático dos resultados da intervenção, por meio de criação de mecanismos de controle social como uma comissão ou conferência periódica, contando com toda comunidade contra as violências.

Fonte: elaboração própria, com base no texto de Couto (2009)

Assim como mencionado no capítulo anterior, Couto (2009) traz a importância do protagonismo dos sujeitos-usuários⁵³, em especial no momento da avaliação (COUTO, 2009,

⁵³ Outra ênfase que o presente trabalho gostaria de dar em relação a este fator importante da participação social dos sujeitos-usuários na Política é quanto à Lei 14.644, que alterou a LDB, em agosto de 2023, para criar a obrigatoriedade de instituição de Conselhos e Fóruns Escolares em todas escolas, aprofundando o caráter de gestão democrática da Educação (BRASIL, 2023).

p 661), de forma que através dela é exercido o controle democrático acerca do objeto intervindo, o que concerne, de fato a população usuária.

Visto do acumulado até o presente momento, é importante reforçar q o planejamento e posterior sistematização das experiências são cruciais para uma inserção teórico-prática do assistente social na política de Educação, não apenas em termos de qualificação sócio-ocupacional, mas também teórico-metodológica e ético-política, pois o planejamento é capaz de preservar o sentido político emancipatório da profissão.

Nesse sentido, é evidente que o planejamento profissional é um subsídio muito útil para a manutenção da atuação do Serviço Social em qualquer política, mas na Política de Educação, é indispensável pensar o trabalho de forma teleológica, a fim de aprimorá-lo (CFESS, 1993, 2011). Assim, o Serviço Social, a partir de imperiosa inserção sócio-ocupacional e apropriação teórico-metodológica, é capaz de fornecer contribuições para esta política.

Vale lembrar que o projeto profissional não é burocrático e nem pragmático. Pelo contrário: por ser realizado a partir do ponto de vista do projeto ético-político do Serviço Social, este instrumental é capaz de ser uma estratégia para que o assistente social consiga justamente fugir de paradigmas como uma postura fatalista (NETTO, 2006) ou que não analisa a particularidade dentro da totalidade, imprimindo em seu projeto profissional os projetos burgueses, conjunturais e institucionais, ao invés do projeto do Serviço Social.

O projeto do Serviço Social é o de consolidação de direitos para a classe trabalhadora. E sob este prisma e direcionamento político que o assistente social deve seguir. A aproximação com a Educação é um campo de possibilidades para o projeto ético-político da profissão do Serviço Social, onde a disputa por uma nova sociabilidade toma corpo e direcionamento, seja no aspecto da formação política cidadã e da articulação, seja pela qualificação constante da política e da atuação através do planejamento profissional.

3.3. Relação entre o proposto pelas entidades e a experiência da ponta: uma mediação possível

Partindo da discussão feita até agora, o presente tópico visa debater a qualidade da inserção do assistente social na Política de Educação. Com base na bibliografia básica acumulada pelo trabalho, em particular no momento das pesquisas sobre o cotidiano profissional e características do trabalho em prática, foi possível observar que o assistente social na Educação encontra diversas possibilidades e demandas, porém, por não ter tradição

de aproximação entre o Serviço Social e a Educação, seu aparato teórico-metodológico e legal segue, atualmente, fragilizado.

Um fato que chama atenção acerca da inserção do Serviço Social na Política de Educação é a frequente ocorrência do emprego de profissionais desta categoria, porém quase sempre através de vínculos frágeis e pouco estáveis, como em programas, ONGs, em políticas não regulamentadas, dentre outras.

Os assistentes sociais na Educação são acometidos por ainda não terem suas experiências formalmente regulamentadas, o que permite processos de precarização recorrentes. Dessa forma, tanto a promulgação da Lei 13935/19 (BRASIL, 2019) quanto as discussões acumuladas pelas entidades são capazes de serem consideradas subsidiárias para qualificar a atuação, assim como é o planejamento profissional.

O defendido pela postura das entidades de representação materializa o necessário ao Serviço Social para garantir uma atuação assegurada e eticamente orientada, porém a luta e o debate atuais sobre Serviço Social na política educacional não se esgotam no dado momento. Ainda estão, sem dúvidas, abertas as portas para mais discussões e mais qualificações, assim como maior registro de experiência, sistematização do trabalho prático e teórico e planejamento profissional comprometido com os interesses das classes subalternas.

Com base no encontrado nos resultados da pesquisa, em particular no que se cerne às demandas concretas encontradas pelas autoras avaliação quantitativa, o Serviço Social na escola é constantemente perpassado pela prática profissional de encaminhamento e articulação com a equipe multidisciplinar.

São enfrentados muitos desafios, porém a Política de Educação pode ser considerada um espaço socio-ocupacional privilegiado de materialização do projeto ético-político do Serviço Social (RABELO & SANTOS, 2019). O assistente social inserido profissionalmente na Educação tem como papel garantir aos estudantes e suas famílias, que são os sujeitos-usuários dessa política, o ensino qualificado e o resguardo de seus direitos.

É indispensável continuar a defesa da criação dos projetos profissionais, tal qual a presente monografia tanto defendeu, pois é por meio deles que os caminhos se abrem para uma inserção de caráter, de fato, crítico, e através do acompanhamento sistemático das futuras inserções que se será possível medir a compatibilidade entre a legislação, atuação de entidade profissional e prática de atuação.

No fim, é necessário observar como se dará a inserção do assistente social nas políticas de Educação nos anos seguintes ao de 2023. A implementação da Lei 13935/19

(BRASIL, 2019) outorga que a alocação de assistentes sociais e psicólogos na Educação básica seja feita em até dois anos desde sua promulgação. Isso implicaria, em tese, que até 2021, todas escolas de Educação básica teriam de já estar contando com estes profissionais em seu quadro efetivo.

Porém, a pandemia da COVID-19 atrapalhou seu desenvolvimento, como pôde ser visto no capítulo dois, de forma que os processos necessários para a implementação se encontram atrasados. Resta dizer que é necessário esperar mais um pouco de tempo, portanto, para conseguir responder a pergunta de se o Serviço Social da ponta está em consonância com os construídos pelas entidades ou não.

Originalmente, remontando à época das primeiras inserções do Serviço Social no âmbito escolar, a requisição aos assistente sociais era o de disciplinar a classe trabalhadora a favor do capital (XAVIER et al, 2019; CFESS, 2011). Dessa forma, o presente tópico buscou, em diálogo com os demais capítulos, que o Serviço Social, a partir de seu processo de renovação e reconceituação de seu projeto ético-político, mudou sua perspectiva de abordagem, conceituação e intervenção na Educação.

Embasando seu argumento a partir da regulamentação e acúmulo teórico feitos pela categoria do Serviço Social, o texto sustenta que os norteamentos éticos atuais da profissão a aloca na Educação para intervenções nas expressões da Questão Social, tais como a violência, drogas, evasão, dentre outras, mas já no sentido da emancipação e garantia de direitos à classe trabalhadora, buscando estratégias de enfrentamento, promovendo a reflexão dos sujeitos-usuários para a cidadania, fazendo a articulação entre as redes e defendendo o direito ao acesso e permanência dos sujeitos-usuários na política educacional.

No caso, vários autores utilizados nesta parte da pesquisa relataram que sua experiência de campo contou com expressões da Questão Social, abordando problemáticas como "bullying, drogas lícitas e ilícitas, respeito, violência sexual e direito das mulheres" (XAVIER et al, 2019), trazendo-se, então, alguns exemplos de atividades que são fomentadas pelo Serviço Social no campo escolar.

O mediado no campo da Educação, seja na escola ou em projetos sociais que se encaixam na Política de Educação, o assistente social pode ser encarado como profissional capacitado na defesa dos direitos da população usuária, podendo articular-se e pensar sob o prisma do interesse coletivo, apreendendo desde a particularidade até a totalidade e vice-versa.

Dessa forma, a presente monografia pretende defender que o projeto ético-político profissional, desvelado pelo CEP e respaldado pelas promulgações da Lei 8662/93 (BRASIL, 1993), embasam as possibilidades encontradas pelo assistente social na Educação, sendo, portanto, seus desafios bem enfrentados pelo aporte teórico-metodológico e técnico-operativo do Serviço Social.

Outra defesa que não pode deixar de ser feita é, por fim, a da importância da formulação dos projetos profissionais (COUTO, 2009). A partir do discutido incansavelmente por este trabalho, nota-se que a presença do planejamento do trabalho faz toda diferença para a qualificação da atuação e, por consequência, da própria política em si. Por isso, é vital priorizá-lo como parte essencial da inserção.

CONCLUSÕES

Diante de todo o exposto, a presente monografia gostaria de encerrar sua dissertação-exposição retomando as breves reflexões feitas e inferindo, a partir do método dialético de analisar sob tese, antítese e síntese, que o trabalho aqui apresentado buscou dialogar tanto com a perspectiva de fundamentação teórico-metodológica do Serviço Social quanto com seus instrumentais, ou seja, seu aparato legal, seu projeto ético e suas proposições acerca da prática profissional.

Essa mediação foi feita no intuito de produzir uma bibliografia nova, em diálogo com os achados de experiências profissionais em campo. As reflexões aqui realizadas não buscam, de forma alguma, esgotar o debate. Na verdade, ela busca endossá-lo e divulgar aos demais companheiros da categoria, que a Política de Educação merece visibilidade e desenvolvimento dentro do Serviço Social, para além de apenas inserção sócio-ocupacional, mas também preocupação ética-política e teórico-metodológica.

Reitera-se, aqui, mais uma última vez, que a Política de Educacional é um campo de batalha entre os projetos de classe. De um lado, a burguesia, orientada pela ideologia neoliberal, busca transformar o aparato educacional em uma mercadoria. Já a classe trabalhadora se interessa por acessar uma política laica, gratuita, universal e qualificada, disponível a todos que buscam construí-la. Assim, é dever ético do assistente social defender este projeto em sua atuação profissional.

As ferramentas que o assistente social possui em seu arcabouço profissional também foram discutidas por este trabalho, a partir, principalmente, dos escritos por Couto (2009),

mas também em contato com outras bibliografias. Buscou-se por meio delas, enfim, discutir de forma dialógica com o primeiro capítulo, sobre como elas podem qualificar a inserção na Educação. Dessa maneira, têm-se o projeto profissional como foco da proposta e argumento feitos pelo capítulo.

No mais, é imprescindível adicionar que o fazer profissional relatado nos encontrados pela pesquisa, sejam estes esforços das entidades da categoria, em articulação ou não, ou então experiências profissionais em campo, foram essenciais para trazer robustez ao trabalho, ao passo em que se toma ciência da abrangência da área da Educação e das muitas potencialidades para o trabalho do assistente social.

Por fim, enfatiza-se que a escrita de uma monografia acerca da relação entre Serviço Social e Educação foi bastante desafiadora, porém dotada de muitíssimo valor. É da espera da autora que, mais a frente, a publicação deste trabalho possa fornecer subsídios para o debate acerca desta aproximação entre a política educacional e o Serviço Social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Política Nacional de Estágio. Brasília, 2010.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. O Serviço Social na Educação. Revista Em Foco, nº 3, 1º reimpressão. Pág. 31-35. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<https://www.cressrj.org.br/wp-content/uploads/2017/09/EM-FOCO-2-SS-Educacao.pdf>>. Acesso em 14 jun. 2023.

ALMEIDA, Ney Luiz de. O Serviço Social na Educação. Revista Inscrita, 6º ed. pág. 19-24. CFESS: Brasília, 2000.

ALMEIDA, Ney Luiz. Retomando a Temática da “Sistematização da Prática” em Serviço Social. In: Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, OPAS, MS, OMS, 2006.

BARROCO, Maria Lucia Silva e TERRA, Sylvia Helena. Código de Ética do/a Assistente Social comentado. Brasília: CFESS; São Paulo: Cortez, 2012.

BEHRING, Elaine. Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003. Pág. 143 à 186.

BEHRING, Elaine e BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: Fundamentos e História. São Paulo, Cortez, 2012. Pág. 13 à 22; 51 à 56; 135 à 145.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Psicologia e Serviço Social nas escolas (Lei 13.935) - Educação - 29/05/2023, 2023. 1 vídeo (184 min.). Publicado pelo canal Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rFOafftQ38&t=6577s>>. Acesso em 24 jul. 2023.

BRASIL. Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (SER/ICH/UnB). Fórum de Supervisão de Estágio em Serviço Social 2021 - Semana Universitária 2021, 2021. 1 vídeo (133 min.). Publicado pelo canal Semana UnB – Sala 04. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fKOBtfqUV0A&t=1069s>>. Acesso em 16 jul. 2023.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE.). Atlas do censo demográfico 2010, pág. 142-143. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo Escolar da Educação Básica 2021, pág 6. Brasília: INEP, 2022.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em 24 jul. 2023.

BRASIL. Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm>. Acesso em 24 jul. 2023.

BRASIL. Lei Nº 14.276 de 27 de dezembro de 2021. Altera a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Disponível em: <[80](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114276.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2014.276%2C%20DE%2027%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202021&text=Alterar%20a%20Lei%20n%C2%BA%2014.113,Profissionais%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20(Fundeb).>. Acesso em 31 ago. 2023.</p></div><div data-bbox=)

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Saúde Mental e Atenção Psicossocial na Pandemia de Covid-19: recomendações gerais. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/04/Sa%3%bade-Mental-e-Aten%3%a7%3%a3o-Psicossocial-na-Pandemia-Covid-19-recomenda%3%a7%3%b5es-gerais.pdf>>. Acessado em: 16 ago. 2023.

CÉSAR, Maria Auxiliadora. Cuba socialista em tempos de COVID-19: intersetorialidade e interdisciplinaridade. Revista do ceam, V. 7, nº 1, pág. 23–34. Brasília, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.5281/zenodo.5895015>>. Acesso em 16 jul. 2023.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Código de ética profissional do Assistente Social. Brasília, 1993.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Nota: Teletrabalho e Teleperícia: orientações para assistentes sociais no contexto da pandemia. Brasília, 2021. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/Nota-teletrabalho-telepericiacfess.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2023.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Resolução CFESS nº 533, de 29 de setembro de 2008: Regulamenta a Supervisão Direta de Estágio no Serviço Social. Brasília, 2008.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Subsídios para a atuação de assistentes sociais na Política de Educação. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf>. Acesso em 14 ago. 2023.

CFP. Conselho Federal de Psicologia. Código de ética profissional do Psicólogo. Brasília, 2005.

CFP; CFESS. Psicólogos (as) e Assistentes Sociais na rede pública de Educação básica: orientações para a regulamentação da Lei 13.935/2019 – Versão 2021. Conselho Federal de Psicologia. Conselho Federal de Serviço Social. 1a ed. Brasília: CFP; CFESS, 2021. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/manualassistenciaispsicologo2020.pdf>>. Acesso em: 14 jun. de 2023.

COSTA, Simone da Silva. Pandemia e desemprego no Brasil. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 969-978, Ago. 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122020000400969&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 ago. 2023.

COUTINHO, Francine. O Serviço Social na Educação. Revista Em Foco, nº 3, 1º reimpressão. Pág. 43-46. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<https://www.cressrj.org.br/wp-content/uploads/2017/09/EM-FOCO-2-SS-Educacao.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2023.

COUTO, Berenice R.. Formulação de projeto de trabalho profissional. In Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Pág. 652 à 664. CFESS. Brasília, 2009.

DEG. Decanato de Ensino de Graduação. Resolução CEPE 117/2020. Dispõe sobre o planejamento e a execução de atividades de ensino-aprendizagem e de extensão nos cursos de graduação e de pós-graduação da UnB durante a pandemia do Covid-19, no 2/2020. Universidade de Brasília – UnB. Brasília, 2021. Disponível em: <<http://www.deg.unb.br/destaques/352-orienta%C3%A7%C3%B5es-acad%C3%A4micas-de>>. Acesso em 24 jul. 2023.

FACEIRA, Lobélia da Silva. O Serviço Social na Educação. Revista Em Foco, nº 3, 1º reimpressão. Pág. 70-73. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<https://www.cressrj.org.br/wp-content/uploads/2017/09/EM-FOCO-2-SS-Educacao.pdf>>. Acesso em 14 jun. 2023.

FÉRRIZ, Adriana Freire Pereira; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. O trabalho do/a Assistente Social na Política de Educação em tempos de gerencialismo. FÉRRIZ, Adriana Freire Pereira; BARBOSA, Mayra de Queiroz (orgs.). Panorama da inserção do/a assistente social na Política de Educação. EDUFBA. Salvador, 2019. Pág. 15-32.

GHELLERE, F. C; FERNANDES, M. N; SOUZA, S. A. Estrutura e funcionamento da Educação básica: um estudo comparado entre Brasil e Cuba. *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 15, e83119. Dez. 2021.

HENRIQUES, C. S. O processo de trabalho do Serviço Social na Educação: desafios e tendências ao conservadorismo. *Anais do VII Jornadas Internacionais de Políticas Públicas - UFMA*. São Luís, 2015. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo14/o-processo-de-trabalho-do-servico-social-na-educacao-impasses-desafios-e-a-tendencia-do-conservadorismo---1-.pdf>>. Acesso em 05 ago. 2023.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 41ª ed. Editora Cortez. São Paulo, 1982.

LEAL, Maria Cristina. O Serviço Social na Educação. *Revista Em Foco*, nº 3, 1º reimpressão. Pág. 18-22. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<https://www.cressrj.org.br/wp-content/uploads/2017/09/EM-FOCO-2-SS-Educacao.pdf>>. Acesso em 14 jun. 2023.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso; DAL PRÁ, Keli Regina. A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações acerca do diário de campo. *Revista Textos & Contextos (Porto Alegre)*, v. 6 n. 1 p. 93-104. Porto Alegre, 2007.

NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64*. São Paulo: Cortez, 1990.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto-ético político do Serviço Social. In: MOTA, A. et al. (Org) Serviço Social e sociedade: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.

OLIVEIRA, D. A. de. A Educação no contexto das políticas sociais atuais: entre a focalização e a universalização. Linhas Críticas, [S. l.], v. 11, n. 20, p. 27–40, 2011. DOI: 10.26512/lc.v11i20.3214. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3214>>. Acesso em 16 ago. 2023.

OLIVEIRA, E. M. A. P. CHAVES, H. L. A. 80 anos do Serviço Social no Brasil: marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão. Serviço Social & Sociedade, nº 128, p. 143-163. São Paulo, 2017.

RABELO, A. G. SANTOS, G. P. Educação e Serviço Social: um estudo sobre a atuação do assistente social a partir da experiência de estágio na Fundação Nice Lobão/Centro Integrado do Rio Anil - CINTRA. Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Brasília, 2019. Disponível em: <<https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/275>>. Acesso em 14 jun. 2023.

RAICHELIS, Rachel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. Serviço Social & Sociedade, nº 107. p. 420-437. São Paulo, 2011.

RIBEIRO-SILVA, R. DE C. et al.. Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, v. 25, n. 9, p. 3421–3430, set. 2020.

TELES, B. O. CARVALHO, M. P. MARINHO, G. A. V. RIBEIRO, I. R. DOS REIS, I. M. L. ASSIS, S. G. Processos de trabalho na Pandemia: desafios aos assistentes sociais do IFB. Colóquio de Estágio em Serviço Social – 1º/2021. Brasília, 2021. Disponível em:

<<https://conferencias.unb.br/index.php/ColoquioEstagioServicoSocial/CESS-12021/paper/view/36349>>. Acesso em 24 jul. 2023.

XAVIER, R. G. ALENCAR, V. V. LEANDRO D. P. DOS SANTOS, M. E. A. SIQUEIRA, A. D. DE SOUSA, A. M. M. FERREIRA, M. A. R. NEVES, M. S. S. NEVES, J. J. A. SANTOS, S. B. P. O exercício profissional do assistente social na Política de Educação. Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Brasília, 2019. Disponível em: <<https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/237>>. Acesso em 14 jun. 2023.

VIZGARRA, K. T. S. VIZGARRA, E. R. S. & ALMEIDA, B. L. Serviço Social e Escola, por que essa relação deve existir? A partir da perspectiva do Município de Itararé - SP. Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Brasília, 2019. Disponível em: <<https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/584>>. Acesso em 19 jul. 2023.